



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ATA DA 83ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Local: Sala de Reunião do Comitê Gestor - Brasília/DF
Data: 15 de setembro de 2016.

Às nove horas do dia 15 de setembro de 2016, na Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, localizado no SEPSUL 713/913, lote D, 5º andar, em Brasília, Distrito Federal reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Kátia Santos Bogéa, Presidente do IPHAN, para sua 83ª Reunião Ordinária. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Ângela Gutierrez; Augusto Ivan de Freitas Pinheiro; Breno Bello de Almeida Neves; Lucia Hussak van Velthen; Luiz Phelipe de Castro Andrès; Márcia Genésia de Sant'Anna; Maria Cecília Londres Fonseca; Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; Synésio Scofano Fernandes, representantes da sociedade civil. Cléo Alves Pinto de Oliveira, representante do Ministério das Cidades; Fernanda Bordin Tocchetto, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira; Leonardo Barci Castriota, representante do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Maria da Conceição Alves de Guimaraens, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; Roque de Barros Laraia, representante da ABA-Associação Brasileira de Antropologia e José Pedro de Oliveira, representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA. Justificaram ausência, os Conselheiros Arno Wehling, Ítalo Campofiorito, Marcos Castrioto de Azambuja, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e Carlos Eduardo Dias Comas. O Conselho deliberou sobre a seguinte Ordem-do-Dia: **MANHÃ – 9 horas. 1)** Informes da Presidência. **2)** Aprovação da Ata da reunião anterior. **3)** Proposta de Registro da "Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO" como Patrimônio Cultural do Brasil (Processo nº.01450.0011454/2012-12). Relatora: Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca. **TARDE - 14 horas.** Informes do DEPAM sobre a portaria de entorno da Serra do Curral, em Minas Gerais e sobre a situação da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis, SC. **4)** Proposta de Tombamento da Casa da Flor, sita à Estrada dos Passageiros, 232 – São Pedro da Aldeia/RJ (Processo nº 1659-T-12). Relator: Conselheiro Leonardo Barci Castriota. **5)** Análise de impugnação: Processo nº 1550-T-2007 - Passarela do Samba, no Rio de Janeiro/RJ **6)** Assinatura da Portaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ação incorporada à agenda do IPHAN em decorrência da Lei nº. 9.613 de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo/PLD-FT. **Abertura. A Presidente Kátia Santos Bogéa** deu início à reunião com o **ponto 1)** Informes da Presidência. Inicialmente se apresentou aos Conselheiros por se tratar

da primeira reunião que dirigia como Presidente do Iphan. "Querida agradecer a presença de todos. Eu estou profundamente emocionada. Tenho trinta anos como técnica do IPHAN e toda a minha carreira foi dentro desta instituição. Trabalhei por toda a minha vida funcional na Superintendência do Maranhão, onde enfrentei longas e duras batalhas na preservação do patrimônio cultural. Sou maranhense de coração, sergipana de nascimento. Aposentei-me em outubro do ano passado. Sou a primeira Superintendente a assumir a presidência nesses oitenta anos do IPHAN. Então, é uma emoção, hoje, conduzir o Conselho Consultivo. Sou historiadora e me especializei, como a minha amiga aqui, Miriam Ribeiro, em arte sacra. O Maranhão teve uma campanha publicitária turística que dizia que o Maranhão tinha os seus segredos, não é isso Luiz Phelipe? Uma terra linda e maravilhosa, mas com problemas difíceis e eu e Phelipe, que militamos e trabalhamos muito lá, sabemos tudo que enfrentamos. É difícil trabalhar no IPHAN, a gente costuma dizer que nós não somos servidores, nós somos militantes. Militamos na área do meio ambiente natural e do meio ambiente cultural, lutando contra tudo e contra todos e, nesses momentos de crise, a cultura e o meio ambiente sempre serão aqueles sobre os quais o olhar não vai se deter por muito tempo, porque as pessoas acham que não é prioritário, mas o que seria de nós sem a nossa porção humana? E o que é a nossa porção humana? É o nosso lado cultural, é a natureza, e se perdermos a porção humana esse mundo está perdido, e para onde nós vamos? Esta instituição vai completar oitenta anos. Tantos passaram por ela. Intelectuais, a nata da intelectualidade brasileira e tantas outras pessoas que deram a sua vida, a sua contribuição dentro desta instituição. O IPHAN é uma construção, e quando estávamos refletindo sobre os oitenta anos, eu dizia que se tem que pensar o IPHAN, hoje, como um patrimônio da nação. Em oitenta anos vimos a instituição fragilizada, e este Conselho sempre foi, desde a criação do IPHAN, a principal instância desta instituição, que sempre esteve junto, que sempre a defendeu nos piores momentos. Só integra o Conselho quem entende que a dimensão humana só pode ser exercitada através da cultura. Então eu agradeço e estou emocionada porque eu sei a dimensão deste Conselho. Quando eu me aposentei em outubro do ano passado, fiz este ato em estado de choque porque eu tinha dedicado toda minha vida e energia para tentar trabalhar pelo patrimônio do Maranhão. E quando me tiraram de uma forma horrível, eu comecei a achar que este mundo não tinha mais jeito; o que dizer para os meus netos, não mais para os meus filhos porque já estão criados, mas para meus netos? Que a competência, que a dedicação e a honra não têm mais valor? Você se dedica, é honesto, é ético e isso nada significa? Quando me tiraram da Superintendência do Maranhão tínhamos construído projetos impressionantes, eu estava em pleno momento de realizações e isso tudo foi cortado. Jurema Machado, nossa ex-presidente, ficou num estado lastimável. Eu disse, calma Jurema, eu sei que não é sua culpa, eu sei que você fez tudo, mas é um momento difícil que o IPHAN está passando. O IPHAN agora é interessante para o lado político, mas não interessante enquanto instituição que ajudou a solidificar a identidade dessa nação. Mas agora, o IPHAN tem

dinheiro, tem o PAC das Cidades Históricas, um programa de um bilhão e seiscentos milhões. O IPHAN, agora, está dentro do licenciamento ambiental, onde estão interesses gigantescos. Então, eu fiquei muito impressionada, agora, nas Olimpíadas, porque o país estava numa crise absurda, todo mundo dizendo que não tem jeito, que ninguém imagina o tamanho dessa crise, a imprensa internacional toda dizendo que as pessoas iam morrer de zica, iam ser assaltadas, que ia ser um desastre, o mundo ia se acabar nessas Olimpíadas e o Brasil ia ser uma vergonha, o que fez muita gente do exterior cancelar viagem E o que foram as Olimpíadas? Foi maravilhosa na abertura e no encerramento. O mundo ficou embasbacado, porque o que eles viram ali foi a cultura, a identidade desta nação. Viram a Serra da Capivara, Burle Marx, o samba carioca, viram o patrimônio, as nossas rendeiras. Enfim, tudo estava ali, a nossa porção indígena, a nossa porção africana. Tudo que defendemos nesses oitenta anos estava ali a elevar a nossa autoestima enquanto povo. Então, essa cultura não é importante? Então, esse patrimônio não é importante e pode ser entregue a qualquer um numa relação política de barganha? Eu não posso aceitar isso. Quando o Ministro Marcelo Calero me convidou para assumir a presidência do IPHAN, eu disse: 'Ministro, eu não posso vir sabendo que paira sobre o IPHAN essa secretaria especial. Por quê o MinC vai criar uma secretaria de patrimônio histórico e artístico se já existe o IPHAN, há oitenta anos, fazendo isso? Ele disse, calma Kátia. Venha, nós precisamos de você, nós vamos lhe apoiar, é um momento difícil e precisamos de pessoas como você'. Eu larguei minha família, meus filhos, e aqui estou trabalhando com a missão de fortalecer esta instituição porque eu entendo que o IPHAN é uma corrida de bastão, cada um vem e corre, perde as forças e passa o bastão para outro. Eu acompanhei o Luiz Fernando, que passou para Jurema, que passou para mim. Eu sei que não vou suportar muito tempo, que a gente tem que passar para outro e assim cada um vai dando a sua contribuição porque é uma luta. Então, eu agradeço ao Conselho que fez aquela moção que chegou ao Presidente Temer sobre a criação da secretaria, assim como agradeço, não só ao Conselho, mas, também, ao IAB mais recentemente, o posicionamento sobre as nomeações políticas e, assim, aos poucos, estamos ganhando terreno, estamos ganhando essas lutas, mas não podemos perder essa dimensão de que se trata realmente de uma luta", concluiu. (Aplausos). Em seguida a **Presidente Kátia Bogéa** apresentou os novos integrantes do colegiado, em decorrência das vagas abertas na representação da sociedade civil no Conselho, por renúncia dos Conselheiros que as ocupavam: **Márcia Genésia de Sant'Anna**, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, UnB, ex-servidora do IPHAN, onde exerceu diversos cargos entre os quais de diretora do atual Departamento do Patrimônio Imaterial, de dois mil e quatro a dois mil e onze. Mestre e doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, onde é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e professora permanente do programa de pós graduação de arquitetura e urbanismo da referida instituição de ensino superior, coordena atualmente o projeto de pesquisa Guia de Fontes sobre arquitetura popular e, no âmbito do programa Capes-Cofecub, o projeto Patrimônio

em Metrôpoles Contemporâneas, novos desafios, novas questões, em parceria com o Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris-Leste; e **Augusto Ivan de Freitas Pinheiro**, arquiteto e urbanista da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós graduado em planejamento urbano e regional pelo Instituto do Forhouse Estúdios em Roterdã, Holanda, e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na prefeitura do Rio ele foi coordenador do projeto Corredor Cultural, diretor geral do fundo municipal de desenvolvimento social, fundo Rio, secretário de urbanismo e assessor especial da companhia de desenvolvimento do porto do Rio SEDURP, entre outros cargos. Foi professor de urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Rio, e foi membro de diversos juris e premiações, dentre os quais, do prêmio Rodrigo Melo Franco do IPHAN. Apresentou, também, o novo representante do IBAMA no Conselho, **José Pedro de Oliveira Costa**, graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Presbiteriana de Mackenzie, em sessenta e oito; mestre em planejamento ambiental da Universidade da Califórnia em Berkeley em setenta e nove; doutor em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo em oitenta e sete. Atualmente, é secretário do Comitê Pró Criação Parque Nacional Marinho do Arquipélago dos Alcatrazes, designação do Ministério do Meio Ambiente, e conselheiro, entre outros, da Fundação Gilberto Freire, da Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste, do Sistema Estadual de Formação e Gestão de Áreas Protegidas, da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, sócio fundador do S.O.S Pró Mata Atlântica, membro fundador da Fundação Pró Natureza, professor doutor das três Universidades de São Paulo. Encerrada a apresentação dos novos conselheiros, passou a apresentar o novo Diretor do DPI, **Hermano Fabricio Guanais Queiroz**, bacharel em Direito pela Universidade de Salvador, pós graduado em direito lato senso pela Escola de Magistratura da Bahia, Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, pelo IPHAN, advogado da Procuradoria Jurídica do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, de dois mil e nove a dois mil e doze, consultor jurídico do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, professor universitário, autor de diversos artigos jurídicos publicados na revista jurídica da Editora Síntese do Rio Grande do Sul e na revista jurídica eletrônica da Unifacs e outras, organizador da obra literária João da Paz. Apresentou, ainda, ao Conselho, o novo Procurador Chefe da Procuradoria Federal no IPHAN, Doutor **Heliomar Alencar de Oliveira**, bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, UNICEUB, Procurador Federal desde dois mil e três, tendo atuado na Procuradoria Federal junto ao Instituto Nacional de Seguro Social e Procuradoria Federal, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, na ANEEL foi coordenador do núcleo de tarifas e mercados, está em exercício na Procuradoria Federal junto ao IPHAN desde janeiro de dois mil e oito e, a partir de junho de dois mil e nove, responsável pela Coordenação de Assuntos do Patrimônio Cultural. Nesse período assumiu também o encargo de Procurador Chefe Substituto e participou da elaboração das portarias que disciplinam

a fiscalização de bens tombados e a aprovação de projetos de intervenção em áreas tombadas, tendo ministrado treinamento sobre sistemas a diversas unidades administrativas do IPHAN. Por fim, apresentou o novo Presidente do IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. **Marcelo Araújo** iniciou sua carreira no Museu Lasar Segall, quando este ainda era uma unidade do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN. Passou, então, como todos os servidores dos Museus, a ser servidor do IBRAM, para o qual, agora, foi nomeado Presidente. Como tal, passa a ocupar a vaga destinada ao IBRAM no Conselho Consultivo. Agradecendo aos novos indicados, abriu a palavra aos Conselheiros para manifestação daqueles que quisessem usar da palavra. Primeiramente, falou o Conselheiro **Synésio Scofano Fernandes** que expressou alegria por um quadro técnico do IPHAN assumir a Presidência do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. "Nós, aqui, que trabalhamos em torno desse assunto, da vitalidade da nossa sociedade, do nosso processo civilizatório, eu desejo à senhora a máxima felicidade e o apoio que eu, pessoalmente e funcionalmente, vou lhe dar aqui, e que eu tenho certeza também que muitos ou quase todos desses ilustres companheiros darão à senhora", afirmou. Em seguida usou da palavra a Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca**, que após endosso os votos do conselheiro Synésio, fez a seguinte afirmação: "como observadora nesses anos todos, mais de dez anos que eu estou aqui, é muito interessante ver o perfil dos Conselheiros. No início, basicamente arquitetos, advogados, historiadores de artes, historiadores, e com o correr do tempo ele foi acompanhando a própria reelaboração da noção de patrimônio cultural como está na Constituição, não só do ponto de vista conceitual, como também do ponto de vista da organização do Conselho, com a incorporação dos representantes de instituições, e pudemos acompanhar o envolvimento deles na discussão, na elaboração de pareceres. ". Ressaltou, ainda, que "o Conselho realmente faz questão de defender e afirmar o seu espaço de atuação, a sua prerrogativa e tudo aquilo que foi duramente conquistado nesses anos todos, como foi o caso da criação daquela secretaria, e, em boa hora, houve uma grande mobilização, não apenas do Conselho, mas de funcionários, e abaixo assinado. Então ficamos muito felizes quando soubemos que a substituta da nossa Jurema Machado seria você, uma funcionária de tanto tempo de carreira do IPHAN, o que mostra a força do IPHAN neste Conselho, na sua trajetória", concluiu. Em seguida falou a **Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens**: "na condição de representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, eu quero falar aqui do nosso apoio. Em todos os momentos que o IPHAN e o Conselho têm precisado se posicionar, o Instituto de Arquitetos sempre tem marcado posição a respeito da necessidade de independência, da necessidade de fortalecer os seus quadros pessoais, seus quadros funcionais. Então, em nome do IAB, que está lá reunido em Manaus, hoje, com o nosso Conselho Superior, e eu indo à noite para lá, levarei sem dúvidas, Kátia, a sua palavra e a sua força expressa no seu discurso. Muito obrigada!" A Presidente **Kátia Bogéa** agradeceu e passou a palavra ao representante do Ibama, **José Pedro de Oliveira Costa**. O Conselheiro ressaltou que, apesar de representar o Ibama,

também representava o Ministério do Meio Ambiente, que tem cada vez mais trabalhado integrado com a cultura. Aproveitou para esclarecer: "faltou eu dizer no meu currículo que trabalhei pelo tombamento da Serra do Mar e da Mata Atlântica em sete estados, depois reconhecidos como reserva da biosfera da UNESCO, mas dessas áreas como patrimônio mundial." Declarou, ainda, estar às ordens para colaborar naquilo que for possível, e que Ministério do Meio Ambiente "vê a questão da cultura como uma questão integrada à questão ambiental nessa visão mais ampla e mais abrangente que hoje se universaliza." Em seguida falou a Conselheira **Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira**: "só queria dizer da minha alegria com essa sua nomeação por dois motivos. Primeiro, a nomeação nesses tempos conturbados de uma funcionária, uma nomeação técnica, não é tão fácil assim. Temos que agradecer ao Ministro, quando ele chegar, porque ele teve a clareza de fazer isso. Em segundo lugar, porque nós nos conhecemos pessoalmente, trabalhamos juntas em todo esse inventário básico na área de bens móveis lá do Norte. Tenho um livro publicado com a presidente. Vamos ver se se valoriza a área de bens móveis, que está um pouco esquecida, e é muito ameaçada e muito frágil dentro do IPHAN, quase sem profissionais nessa área." Em alusão à colocação da Conselheira, a Presidente **Kátia Bogéa** disse que está trabalhando no Congresso Nacional para aprovação de projeto de lei abrindo novo concurso, justamente para poder trazer os restauradores como havia antes e, agora, especialistas em bens móveis, e que está providenciando a criação da Câmara Setorial dos Bens Móveis; apontou ainda que a Conselheira seria a primeira indicada para compô-la. O Conselheiro **Roque de Barros Laraia** saudou a indicação de uma antiga funcionária da casa como Presidente do Conselho, ressaltando o fato de nos países ditos civilizados, o funcionário de carreira chegar à presidência por seus méritos e não apenas por vias políticas. Destacou que desde dois mil e quatro participa do Conselho como um especialista na área de índios e cultura indígena e a partir de dois mil e nove como representante da Associação Brasileira de Antropologia, a segunda maior associação de antropologia do mundo, segundo ele, só perdendo para os Estados Unidos, associação muito ligada às questões culturais e que, quando houve a elaboração da carta contra a criação da nova secretaria, ela foi apoiada e divulgada pela ABA para seus mil e oitocentos sócios. A Conselheira **Ângela Gutierrez** fez uma breve intervenção para dizer da alegria que sentia de ter Kátia Bogéa como Presidente do Conselho. Em seguida a Presidente **Kátia Bogéa** passou a palavra ao Conselheiro **Luiz Phelipe de Castro Andrès** que disse ter sido a um alívio a nomeação dela, considerando o que está acontecendo com o nosso país, com as mudanças ocorridas causando muita insegurança em todos, por ser um momento de fragilidade em que os boatos mais terríveis tomam conta e deixando as pessoas sem referencial para saber o que aconteceria, e havia naquele momento uma incerteza e um temor muito grande que motivou o manifesto do Conselho quanto à criação da secretaria porque, segundo ele, havia boatos de esvaziamento, "de acabar literalmente com o IPHAN porque estaria contrariando outros grandes interesses, e a sua nomeação, uma

funcionária de carreira que se notabilizou em sua trajetória pela defesa intransigente dos colegas, dos funcionários e seus direitos, pelo nível de remuneração, que eu vi tantas vezes você enfrentar mesmo até de forma contundente, transparente, aliviando todos nós dessa ameaça que parecia pairar e mostrando que é justamente o contrário, que o IPHAN foi prestigiado, foi respeitado ao colocar você à frente desta casa. Então eu também, como os outros, tenho certeza do seu sucesso”, afiançou. Em seguida a palavra foi dada ao Conselheiro **Augusto Ivan de Freitas Pinheiro**, que assim se expressou: “Eu quero agradecer o convite que você me fez. Fiquei meio surpreendido porque eu estou fora do circuito há algum tempo, mas fiquei feliz de ter sido convidado e estou muito orgulhoso disso. Qualquer pessoa no Brasil que tenha conhecimento desse trabalho, ou até que não tenha, mas que venha a ter, sabe o que representa um órgão de patrimônio em qualquer instância, seja local, seja estadual, regional ou federal. O órgão de cultura é um órgão de resistência, não necessariamente um órgão contra o progresso, mas um órgão que trabalha a favor do progresso preservando o que é a tradição, o que são os costumes, o que é a cultura de determinado lugar. E graças a Deus que o IPHAN tem uma presidente como você. Juntar a eficiência e o sentimento num lugar desses é fundamental para você tocar essa tarefa que tem pela frente e que não é nada fácil. Desejo boa sorte. ” A Presidente agradeceu e passou a palavra para o Conselheiro **Leonardo Barci Castriota**, que se somou às manifestações de alegria pela nomeação e destacou que o ICOMOS tem acompanhado a situação política e se manifestado em diversos momentos com relação às nomeações, sendo o órgão defensor intransigente de que as nomeações têm que ter caráter técnico para se garantir a autonomia e a liberdade e qualidade do trabalho que o IPHAN sempre teve”, concluiu. Por último, a palavra foi dada à Conselheira **Márcia Genésia de Sant’Anna** que agradeceu o convite para integrar o Conselho: “Eu não podia deixar de agradecer nesse momento o convite que Kátia me fez e dizer da minha honra de ter sido convidada por ela, uma funcionária de carreira da casa, com quem eu tive a oportunidade de conviver e trabalhar junto durante muitos anos, e dizer para você, Kátia, que a sua nomeação foi um alívio e uma alegria para nós nesse momento ainda tão difícil que estamos atravessando no país. Considero que a sua nomeação foi o reconhecimento, também, do trabalho daquele funcionário do IPHAN que está lá na ponta, que entra em embate direto com forças muito maiores do que nós. Como funcionária da casa eu tive a oportunidade de testemunhar nos últimos anos as dificuldades que um presidente do IPHAN enfrenta, e não são poucas, são muitas, mas você é uma pessoa de muita garra e muita emoção e você vai se sair muito bem, aliás você já está se saindo. Sou testemunha do seu esforço, e nós já devemos a você a desconstrução da Secretaria Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico, que o Conselho também batalhou muito para desconstruir, e eu tenho certeza de que, com isso, você logo no comecinho da sua gestão já deixou uma contribuição imensa, ” enfatizou. A Presidente **Kátia Bogéa** agradeceu aos Conselheiros pelas manifestações elogiosas e passou ao ponto 2. da pauta, aprovação da Ata da 82ª Reunião do

Conselho Consultivo. Porém, com a chegada do Ministro de Estado da Cultura, **Marcelo Calero**, comunicou que deixaria esse ponto para depois da deliberação sobre o processo de registro da Romaria de Carros de Boi, de Trindade/GO, para que o Ministro acompanhasse a leitura do parecer pela Conselheira relatora. **Kátia Bogéa**, passou a presidência da reunião para o Ministro, como dispõe o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que fez uma breve intervenção: "Bom dia a todos os amigos membros deste honorário conselho. Quero apenas dizer que o IPHAN tem estado em bastante evidência nos últimos meses, tanto com os desafios quanto com as conquistas. E eu acho que fizemos um movimento bastante importante, quando a gente resolveu trazer a Kátia à presidência do órgão como parte, justamente, desse movimento maior que tenho tentado empregar no ministério, o de valorizar os servidores de carreira em nossas respectivas casas. Nós sabemos das vicissitudes de ordem política. Isso é normal, nós estamos em uma República, em uma democracia, nós não podemos criminalizar o agente político, isso é um perigo para a democracia e nós estamos vivendo isso, o que não quer dizer obviamente que toda sorte de crimes e bandidagens não precisa ser punida e investigada, claro que precisa, mas também não podemos ir para o outro extremo. Agora, o fato é que eu acho que a Kátia chega com esse ânimo, não apenas em favor da instituição. Vocês sabem que eu sou do Itamaraty e havia um grande embaixador na história do Itamaraty que dizia que a maior tradição da Instituição era saber renovar-se e, agora, eu acho que isso se aplica também ao IPHAN. Assim como o Itamaraty, o IPHAN tem décadas de história, e temos que preservar bem essa história, apesar de todos os desafios que a gente tem vivenciado nos últimos meses. Mas o fato é que eu acho que ao IPHAN deve-se aplicar essa máxima, saber renovar-se. E contamos com o trabalho da Kátia e da equipe dela para isso. Eu vou passar, então, a presidência a quem de direito, obrigado". A Presidente **Kátia Bogéa** passou, então, a palavra à Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca**, relatora do processo para apresentar seu parecer: "**PARECER PARA O REGISTRO DA "ROMARIA DE CARROS DE BOI DA FESTA DO DIVINO PAI ETERNO. " I. INTRODUÇÃO.** A oportunidade de relatar neste Conselho algumas das Celebrações apresentadas para Registro no Iphan vem me permitindo não apenas alargar meus conhecimentos sobre essa dimensão do patrimônio imaterial como, sobretudo, me encantar com a riqueza, a diversidade e o vigor desse tipo de manifestação cultural em todas as regiões do país. E imaginar como, certamente, deve haver ainda muito por identificar, conhecer e nos surpreender. De minha parte – e, acredito, como a grande maioria dos brasileiros – tinha notícia muito vaga da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno, que ocorre anualmente no início do mês de julho na cidade de Trindade, estado de Goiás. Mas aceitei com muita honra e entusiasmo o convite, mesmo já sem possibilidade de acompanhar o evento, porque sabia que podia contar, como nas ocasiões anteriores, com extenso e, sobretudo, denso material descritivo e analítico produzido para a instrução do Dossiê de Registro deste bem imaterial. Além disso, neste caso, sabia também que poderia dispor da inestimável colaboração da antropóloga e

professora Valéria Leite de Aquino, autora de exemplar etnografia intitulada Peregrinos do Pai Eterno: os carreiros de Damolândia na Festa de Trindade-GO, dissertação de Mestrado apresentada em 2007 na UFRJ. Além de ter, na ocasião, acompanhado com uma família de peregrinos todas as etapas da romaria, ela retornou a Trindade para a Festa de 2016, podendo assim me transmitir sua análise comparativa muito oportuna para subsidiar minhas observações sobre as questões relativas à continuidade da Festa – particularmente da romaria – e às medidas de salvaguarda. Essa visão comparativa ficou enriquecida com a pesquisa de campo realizada em 2014 para a preparação do Dossiê. De acordo com o decreto 3.551/2000, “que institui o instituto do Registro”, no Livro das Celebrações – no qual é solicitada a inscrição da Romaria de carros de boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO - devem ser inscritos “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” (art. I par 1º, inciso II). No Brasil, têm predominado as celebrações religiosas ligadas ao catolicismo romano, aqui introduzido pelo colonizador português, que têm como referência o calendário litúrgico, os ritos da Igreja, as figuras e narrativas que constituem as tradições católicas. Por outro lado, em suas manifestações singulares em cada localidade, essas celebrações costumam estar fortemente enraizadas nos contextos ambientais, socioculturais e nas tradições populares locais, o que as particulariza como documentos diferenciados da expressão de uma determinada devoção – constatação que levou o Iphan a optar, para o fim de registrá-las no Livro das Celebrações, por abordá-las caso a caso. Além das celebrações dos eventos fundadores do Cristianismo – Natal e Semana Santa –, ocorrem, em vários pontos do Brasil, Festas do Divino Espírito Santo (sendo duas, de Pirenópolis e de Paraty, registradas pelo Iphan); em louvor a Nosso Senhor Jesus Cristo e a Nossa Senhora - reverenciados em suas inúmeras feições (sendo o Círio de Nazaré, em Belém-PA, e a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, em Salvador/BA, registrados); e aos inúmeros santos canonizados pela autoridade eclesiástica, que são cultuados em uma ou mais de uma localidades, a exemplo de São Sebastião (padroeiro do Rio de Janeiro e também festejado no amplo território da ilha de Marajó-PA – celebração, neste caso, registrada); Santana (sendo a festa que ocorre em Caicó-RN, registrada); e tantas outras celebrações, algumas já identificadas pelos inventários, outras ainda pouco conhecidas fora de sua área de abrangência. Os Reisados, em comemoração à visita dos Reis Magos a Jesus menino, e as Congadas, de origem africana, por exemplo, são festejos que ocorrem em inúmeras localidades brasileiras, sendo que os primeiros acontecem no dia 6 de janeiro, e as segundas em diferentes datas, mas sempre vinculadas aos festejos em honra a um santo do calendário católico – predominantemente N. Sa. do Rosário ou São Benedito, tradicionalmente venerados pelas comunidades afro-brasileiras. A Festa do Divino Pai Eterno, que ocorre anualmente no município de Trindade-GO, é bastante significativa pelo número de peregrinos que a ela comparecem nos primeiros dias de julho, e foi recentemente apontada por reportagem no jornal O GLOBO, de 19.6.2016, como um dos

AV

principais destinos do turismo religioso no Brasil. Mas são aspectos particulares dessa celebração que motivaram o pedido de Registro. Em primeiro lugar, o foco do pedido de Registro é a romaria de carros de boi que, desde os primeiros tempos dessa devoção, é um meio utilizado por grande número de peregrinos de diferentes localidades para se locomover até Trindade. Como veremos no decorrer deste parecer, a romaria foi se convertendo também em ritual e, finalmente, em tradição considerada fundamental para a identidade dessa celebração. Em segundo lugar, uma característica que diferencia a Festa do Divino Pai Eterno de Trindade de todas as outras chamadas festas do Divino é o fato de o objeto de culto, neste caso, ser a figura do Pai Eterno – Deus – o que parece ser ocorrência única no país e, segundo os redentoristas, a cidade seria a única no mundo a ter o próprio Deus como padroeiro de um santuário. Para esse fato, porém, não se conseguiu encontrar nenhuma explicação, nem nas narrativas difundidas pela Igreja, nem na tradição oral sobre o tema – questão que voltaremos a abordar neste parecer.

II. TRAMITAÇÃO DO PEDIDO DE REGISTRO. O pedido de Registro, assim como a documentação inicial, e o abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas expressando anuência dos detentores, foram encaminhados em 26 de julho de 2012 à Presidência do Iphan pela Federação Goiana de Carreiros – FEGOCAR e pela Paróquia do Divino Pai Eterno de Trindade. A Paróquia solicitou também ao Iphan, na mesma ocasião, o tombamento da Igreja do Divino Pai Eterno, conhecida localmente como “Santuário Velho”, pedido que foi atendido na 73ª reunião do Conselho Consultivo do Iphan, realizada em 5 de junho de 2013. A relevância da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno foi identificada no INRC do Roteiro das Devoções em Goiás, realizado sob a supervisão da Superintendência do Iphan nesse estado da região Centro-Oeste. A documentação levantada para integrar o Dossiê de candidatura incluiu também trabalhos acadêmicos, obras literárias de ficção que referem a Festa, e registros audiovisuais. A esse material foram agregados Notas Técnicas produzidas na Superintendência de Goiás e no DPI/Iphan; ata da 21ª reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial; parecer conclusivo da Coordenadora de Registro do DPI; aviso publicado no Diário Oficial; e parecer da Procuradoria Federal no Iphan, sendo então o processo encaminhado a esta conselheira para elaboração de parecer a ser apresentado à 83ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

III. HISTÓRICO DA DEVOÇÃO, DA FESTA E DA ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO. Segundo as narrativas sobre o surgimento do culto ao Divino Pai Eterno, que circulam com pequenas diferenças em mais de uma versão, o momento fundador dessa celebração ocorreu por volta do ano de 1840, na então localidade de Barro Preto, região rural de Goiás, quando o mineiro Constantino Xavier Maria e sua esposa Anna Rosa de Oliveira, então ali residentes, teriam descoberto um medalhão de barro que retratava ao centro a figura da Virgem Maria sendo coroada, e ladeada à sua direita, por Jesus, e à esquerda por Deus – o Pai Eterno – tendo no alto de sua cabeça a figura do Espírito Santo. Esse objeto passou a ser cultuado pelo casal com rezas em sua casa, que foram atraindo vizinhos e outras pessoas da redondeza, o que levou

Constantino a encomendar uma réplica maior da imagem, em madeira, a um escultor de Pirenópolis, e a construir, em 1843, segundo a tradição oral, um “modesto rancho coberto de folhas de buriti” para servir de capela no local onde é hoje a Igreja Matriz de Trindade, dentro da qual colocou a réplica em madeira do medalhão. A atribuição de poderes milagrosos à imagem e o pagamento de promessas passaram a atrair cada vez mais devotos, que afluíam ao local a pé ou utilizando os meios de transporte de tração animal então disponíveis. Dentre esses, predominaram os carros de boi, que eram também instrumento de trabalho fundamental nas atividades rurais que vieram substituir o anterior ciclo de mineração na região. Os condutores desses carros são denominados de carreiros, que são eventualmente auxiliados pelos candeeiros, em geral jovens da família na condição de aprendizes desse ofício. Com o passar do tempo, o carro de boi foi se convertendo em personagem fundamental da romaria do Divino Pai Eterno, sobrevivendo ao aparecimento de meios de transporte mais rápidos e confortáveis, e se tornando parte essencial das expressões de fé e de devoção que constituem a tradição da Festa. Foi, portanto, o culto ao Divino Pai Eterno que contribuiu para o povoamento do lugar. Em 1920, o distrito de Trindade – nome que havia substituído o de Barro Preto em 1909, em homenagem ao casal que encontrou o medalhão - foi elevado à categoria de vila e, em 1927, à categoria de cidade. Por outro lado, não há informações seguras sobre a data do início de realização da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade, mas, para os peregrinos que partem de Damolândia/GO, foi nos anos 1930 – não por acaso quando formas de locomoção motorizadas passam a ser mais acessíveis no Brasil - que a romaria de carros de boi começou a se distinguir de outras formas de locomoção até Trindade, passando a se constituir em uma tradição indissociável da Festa do Divino Pai Eterno. Segundo Cláudia Maria Rabelo, na dissertação A Festa do Divino Pai Eterno em Trindade: uma expressão do catolicismo popular em Goiás, apresentada para Mestrado na Universidade Católica de Goiás em 2001, “a manifestação da religiosidade popular, nesse primeiro momento, foi espontânea, ainda não se deparou com a hierarquia eclesiástica, era fruto da piedade popular e não obedeceu a uma organização prévia, porém organizou-se com grande margem de liberdade de expressão popular. ” (p. 98). Entretanto, em suas primeiras décadas, a aglomeração de pessoas em clima de celebração deixava espaço também para a festa em sentido profano, tanto para o lazer como para os excessos. A mesma autora cita (p. 101-103) trechos do diário de um viajante alemão que, em 1899, passou pela região nesse momento e fez referência a leilões, na porta da igreja, dos mais variados objetos trazidos pelos romeiros como pagamento de promessas. Excessos também ocorriam com atos de flagelação e mutilação por parte de peregrinos como forma de demonstrar agradecimento pelas graças recebidas do Divino Pai Eterno. Esses teriam sido alguns dos principais motivos que levaram à intervenção, na organização da Festa, de padres redentoristas vindos da Baviera e que se estabeleceram na região no final do século XIX. Essa participação, porém, não foi introduzida sem conflitos, pois seu objetivo era, segundo o texto do Dossiê, “a

normatização da romaria de Trindade e seus rituais” (p. 30) Mas é importante ressaltar que, conforme o mesmo texto, esses conflitos não comprometeram a continuidade da Festa, pois “ao longo da história (...)romeiros e missionários, muitas vezes em disputas acirradas, foram redefinindo suas posições e estratégias de controle dos rituais da romaria. ” (p. 31). IV. A ROMARIA NA FESTA DO DIVINO PAI ETERNO. Atualmente a Festa se estende por dez dias, culminando com a Procissão Solene no primeiro domingo de julho, seguida pela Missa de Encerramento. O tempo é ocupado por uma extensa agenda de eventos, religiosos e profanos, em diferentes espaços da cidade, que a cada ano se prepara para receber mais peregrinos. A história da arquitetura religiosa em Trindade atesta a importância crescente da Festa: ainda em vida Constantino construiu, em 1854, uma capela maior que aquela coberta por buritis, e que foi substituída por outra ainda maior inaugurada em 1878. Com a chegada dos redentoristas, começou a ser construída a Igreja Matriz, inaugurada em 1912, hoje conhecida como “Santuário Velho” porque, em meados do século XX, começou a construção, no alto de uma colina, do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, conhecido como “Santuário Novo”, com capacidade de abrigar grande número de fiéis. A parte profana da Festa contribuiu para a construção de alguns espaços visando a receber eventos que hoje a integram, como é o caso do Carreiródromo, inaugurado em 2003 para abrigar o Desfile dos Carreiros, que até então se realizava apenas nas ruas da cidade, o que provocava conflitos por conta de congestionamento e danos ao asfalto. Segundo informação do Dossiê, calcula-se que Trindade vem recebendo mais de dois milhões de pessoas nos dez dias em que ocorre a Festa, sendo mais de trezentos o número de carros de bois que acorrem em romaria, vindos de diferentes localidades de Goiás e também de outros estados, como Minas Gerais, Distrito Federal e Mato Grosso. Nesses dez dias, as atividades religiosas, com horários marcados, são tidas como obrigações por parte dos devotos, momentos em que expressam sua fé e se fortalecem espiritualmente. Neste parecer, dado o objeto de Registro proposto, vou me limitar a apresentar com mais detalhes aqueles eventos diretamente relacionados à romaria, aos carros de boi e aos carreiros e suas famílias. Ao chegarem a Trindade, a primeira iniciativa dos romeiros, após a instalação nos pousos, é “passar aos pés do Divino”, na Igreja Matriz, e beijar as fitas que pendem da estátua do padroeiro - colocada bem acima do chão - que teriam o poder de “comunicá-los” com o Pai Eterno. Nessa ocasião, deixam suas oferendas em dinheiro, prática instaurada pelos redentoristas para conter o que consideravam desvios das expressões de devoção, a exemplo dos excessos já mencionados. Um evento que ocorre na quinta-feira, inicialmente organizado pela Prefeitura com o objetivo de ordenar o trânsito dos carros de bois na cidade, e que tem os romeiros carreiros como protagonistas, é a Romaria dos Carros de Bois, que percorre as ruas da cidade, partindo da Igreja Matriz até o Carreiródromo, local que, desde 2003, abriga o Desfile dos Carreiros. A esse desfile costumam comparecer representantes do clero e do mundo político – mundo esse também presente na indumentária dos carreiros, onde figuram marcas dos governos estadual e

municipal. A passagem dos carros pelas ruas é acompanhada por expressivo público aglomerado nas laterais da via, e, além das imagens, os sons produzidos pelos carros de boi são elementos essenciais na cenografia do cortejo. Já a partir da entrada no Carreiródromo, quando tem início o Desfile dos Carreiros, surge a mediação de um locutor, que identifica a procedência dos carros, assim como seus ocupantes. Outro evento da Festa referido à romaria é a Missa dos Carreiros, celebrada no sábado na esplanada do Santuário Novo. Nela os carreiros costumam ficar mais próximos do palco, em roupas típicas de boiadeiros, marcando sua presença de forma bem visível ao empunhar suas guias – também chamadas de varas de ferrão – que costumam ser usadas para tanger os bois atrelados aos carros. Muitos erguem seus chapéus na ponta da vara, e assim permanecem durante toda a celebração. Nesse, e em outros momentos da Festa, eles assumem uma identidade especial, como símbolos dos trabalhadores rurais junto ao Pai Eterno. A eles se juntam familiares e conterrâneos, que são assim identificados por trajes com cor semelhante e especificações de nome de família e de origem. Valéria Aquino observa que, nessa missa, membros do clero costumam ficar com chapéu na cabeça, além de se expressarem de modo informal, inclusive tocando berrante e cantando, como forma de marcar a proximidade entre a Igreja e os devotos que a celebração homenageia. (p. 93-94). Desde 1997, por iniciativa de um padre da cidade, é realizado um evento restrito aos carreiros - o Encontro dos Carreiros - com o objetivo de contribuir para a organização dos romeiros carreiros na manifestação e no encaminhamento à Prefeitura de suas reivindicações visando a melhorar as condições de acessibilidade e conforto durante sua participação na Festa. Essa reunião aponta também, a nossa ver, para o reconhecimento, por parte das autoridades eclesásticas e civis, do papel de protagonistas dos romeiros-carreiros na Festa de Trindade. Esses peregrinos conferem uma identidade muito particular à Festa e também distinguem essa romaria de outras peregrinações e romarias que ocorrem no resto do país, o que, ao que tudo indica, os torna atualmente indissociáveis da imagem da Festa do Divino Pai Eterno. No chamado Domingo da Festa ocorrem os eventos mais concorridos da celebração, reunindo todo tipo de devotos. Começa com a Alvorada Festiva, com fogos e toques de sinos ainda de madrugada, chamando os peregrinos para a Procissão da Penitência, que sai da Igreja Matriz às cinco horas em direção ao Santuário Novo. Às oito horas tem início, nesse local, a Missa Solene, celebrada pelo arcebispo de Goiânia, a que costumam comparecer também altas autoridades políticas, e que é transmitida por um canal de televisão regional. Às 17:00 horas as cerimônias religiosas da Festa se encerram com a Solene e Majestosa Procissão, seguida pela Missa de Encerramento, também celebrada pelo arcebispo de Goiânia. Uma queima de fogos marca oficialmente o fim da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade.

IV. A ROMARIA PARA ALÉM DA FESTA. Acredito que a sumária descrição acima ajude a entender a complexidade do recorte proposto para o bem apresentado para Registro. Pois se a romaria em carros de boi é parte essencial da Festa, na medida em que é tematizada em muitos de seus eventos, a constituição de sua identidade se

estende para além da Festa, ao concentrar tantos sentidos referentes não apenas a uma determinada devoção popular como ao mundo do trabalho no campo, à história da ocupação da região e a valores enraizados na vida familiar, no mundo rural, na tradição, na solidariedade e, sobretudo, na fé, extrapolando o que ocorre nos dez dias da Festa em Trindade. Nesse sentido, concordo com a posição do DPI quando diz que “o valor patrimonial de referência cultural e formação de identidade está mais presente na Romaria, que congrega grande caráter de devoção, do que na Festa, que abarca outros fatores motivadores, ” ressaltando, porém, que “para o Registro, entre Romaria e Festa, seria o caso de registrar a Romaria no contexto da Festa. ” (Parecer Diana p. 3). A existência e a continuidade dessa Romaria, com todo esse simbolismo, depende, portanto, também de fatores externos à organização da Festa e à afluência de peregrinos a Trindade. Como qualquer bem de caráter imaterial, sua viabilidade pressupõe a existência não apenas de determinados requisitos materiais, mas sobretudo de pessoas com meios e, principalmente, com vontade de reproduzir um processo que só nessas condições pode ter continuidade. O preparo para a viagem começa bem antes da partida, com a disponibilização de carros adequados para o transporte, de bois adestrados para esse fim, e com a confecção dos alimentos e a organização dos objetos que compõem a bagagem. Esses preparativos costumam envolver toda a família com tarefas que, tradicionalmente, são distribuídas por gênero, como costuma ocorrer no cotidiano da vida rural: os homens cuidam dos carros, dos bois, do eventual abate de animais para o preparo de carnes que durem durante o percurso; as mulheres cuidam do que será consumido e da arrumação dos objetos. Pois, embora atualmente seja possível diminuir o esforço com essas tarefas, na medida em que existem recursos para tanto no caminho para Trindade e no próprio destino, elas são vistas pelos romeiros – sobretudo os mais velhos, que viveram um tempo em que essa era a única maneira possível de viajar - como rituais que integram a peregrinação, e como expressão da devoção ao Pai Eterno, na medida em que implicam um esforço de todos visando a um fim comum. Mas já é possível ver vários veículos motorizados sendo usados como apoio no transporte de pessoas e carga, alguns com a curiosa alcunha de “figueredos”. Trata-se de veículos híbridos, construídos manualmente, misto de automóvel e carro de bois. (Cf. Aquino p. 23). No caso da romaria que sai do município de Damolândia – objeto de estudo da dissertação de Valéria Aquino e também abordada no texto do Dossiê - a partida dos romeiros é marcada, desde 1992, por uma missa organizada nessa cidade com a participação da prefeitura e de padres, sendo que, em 2014, a cerimônia da partida foi parte do VIII Festival de Sabores da Terra, organizado pela prefeitura, conforme mencionado no texto do Dossiê. Após a missa, o cortejo dos carros saiu em direção a Trindade. Ao longo das estradas, algumas ainda em terra, os romeiros dispõem de pousos, que podem ser alugados pelos carreiros. Trata-se de campos onde podem armar suas tendas e acomodar as famílias e os bois - forma de hospedagem que também utilizam durante sua estada em Trindade. Esses momentos de convivência, particularmente entre membros de uma mesma família, são vividos

como preciosas oportunidades para estreitar laços afetivos em torno de objetivos e crenças comuns, e também para transmissão aos mais novos de lembranças, práticas e valores. Entretanto, podem ocorrer momentos de conflito entre os romeiros, como, por exemplo, quando os jovens circulam em veículos com som muito alto, perturbando os que querem descansar após a viagem. De resto, durante o período da festa, os membros das famílias se dividem entre os inúmeros eventos, religiosos e profanos, mas compartilhando momentos e práticas no pouso onde se instalaram. Um ritual de grande significado entre os romeiros carreiros é, ao final da estada em Trindade, dividirem entre si os alimentos que ainda restam, conforme observou Valéria Aquino. Nessa ocasião, é usual as famílias compartilharem não apenas os gêneros, como também da refeição noturna. Além disso, segundo a pesquisadora, estabelece-se uma partilha dos alimentos com outros peregrinos, prática “perfeitamente compatível com a ideia, corrente entre os carreiros, de que é necessário consumir todo o alimento levado para a peregrinação.” (P. 79). Esses gestos de dádiva, que Valéria Aquino associa à noção de potlach tal como definida por Marcel Mauss, indicariam que também os alimentos, “por estarem inseridos no ritual (da romaria) se tornaram sagrados.” (p.80). O retorno dos romeiros para as localidades de origem se dá de forma mais informal, e as comemorações pela volta, quando existem, costumam ocorrer no âmbito das famílias.

V. AVALIAÇÃO DA PERTINÊNCIA DO BEM PARA REGISTRO. As romarias podem ser consideradas como um tipo de peregrinação, na medida em que são movimentações de grupos que se dirigem a um local de culto, movidos por uma devoção comum. No Brasil, destacam-se as romarias para Bom Jesus da Lapa/BA, Juazeiro/CE, além de Aparecida/SP, onde se situa o maior santuário, o da padroeira do Brasil, romaria esta imortalizada na conhecida canção de Renato Teixeira. A esse conjunto se acrescenta atualmente a romaria de carros de bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade-GO, objeto de análise deste parecer. Com mais de cem anos de existência, uma peregrinação que teve início pelos meios então disponíveis – predominantemente de carro de boi ou a pé – até uma capela em uma pequena cidade de Goiás, hoje permanece viva, mantendo inclusive um meio de locomoção praticamente em desuso também como instrumento de trabalho no meio rural, além de práticas que eram tradicionais nesse meio e que passaram a ser ritualizadas pelos romeiros atuais. Talvez um dos aspectos que mais chamam a atenção na análise da romaria do Pai Eterno é, como observa Valéria Aquino, exatamente essa ressignificação, operada sobretudo pelos romeiros-carreiros, de referências de um passado rural, presentes em lembranças e mesmo em uma certa nostalgia de um modo de vida que não mais existe. Essas referências, assim como as práticas a elas associadas, passam a operar como “rituais simbólicos” que conferem a esses peregrinos um papel central na Festa do Divino Pai Eterno. Mas, para serem “autênticos”, esses rituais devem expressar fé e devoção - essas sim imutáveis na sua força - a essa divindade tão singular por parte dos peregrinos que realizam anualmente a romaria a Trindade. Por outro lado, a Festa cresceu, e outros atores participam atualmente de sua organização: o clero, a prefeitura,

4-12

associações civis, e a própria população de Trindade. Mas, felizmente – pelo menos a partir dos depoimentos que integram o dossiê – prevalece nas relações entre esses atores, apesar de eventuais conflitos, a busca de consensos em torno de interesses comuns. Nesse sentido, iniciativas do poder público para melhorar as vias de acesso a Trindade – como a Rodovia dos Romeiros, construída às margens da GO-060 em 2014, e onde foi feita uma Via Sacra, além de delimitação de uma faixa exclusiva para os carros de boi na estrada que parte de Damolândia – e a mobilidade na cidade durante a Festa – que já foi fonte de vários conflitos – atendem a reivindicações dos romeiros, como as que vêm encaminhando por meio dos Encontros dos Carreiros, e muitas das quais estão elencadas na parte final do texto do Dossiê. Sem dúvida, o crescente lugar que o espetáculo vem ocupando nos eventos da Festa representa um desafio para sua continuidade, tal como se constituiu ao longo de mais de um século. Por outro lado, vários eventos introduzidos nos últimos anos, mesmo profanos, possivelmente têm contribuído para dar visibilidade aos romeiros ao consagrar o seu lugar na celebração, e para integrar novos peregrinos à Festa. Mas, sem dúvida, a questão mais importante no sentido de contribuir para a continuidade da Romaria do Divino Pai Eterno é a da transmissão, para as gerações mais jovens, dos saberes e valores que viabilizam a romaria e lhe conferem poder simbólico essencial na Festa do Divino Pai Eterno. Os testemunhos em que se baseia este parecer indicam a possibilidade de prognósticos positivos. A força da cultura do carro de boi como símbolo de uma memória coletiva dos romeiros carreiros, cuja presença é tão importante para a Festa do Divino Pai Eterno, tem hoje forte poder agregador entre as gerações, que compartilham não mais um modo de vida, mas rituais que conferem a essas famílias uma identidade própria, particular. Nesse sentido, os esforços e desconfortos envolvidos na romaria de carro de boi seriam sentidos hoje não como sacrifício, mas como um “sofrimento gostoso”, nas palavras de uma jovem mulher de família romeira de Damolândia. (AQUINO p. 106). Esse empenho dos romeiros carreiros e suas famílias em transmitir às novas gerações os valores associados a essa peregrinação de modo a viabilizar sua continuidade seria, segundo o parecer conclusivo, um dos aspectos distintivos entre a Romaria de Carros de Boi do Divino Pai Eterno e a Festa do mesmo nome que se realiza anualmente em Trindade. (p.12). Por reconhecer a representatividade e a relevância da Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, o interesse dos atores envolvidos na sua continuidade e, principalmente, a sua vitalidade, para o que podem contribuir as medidas de salvaguarda propostas no texto do Dossiê, a serem discutidas com a comunidade para a elaboração de plano de salvaguarda, **sugiro a este Conselho a aprovação de sua inscrição no Livro de Registro das Celebrações**. Brasília, 15 de setembro de 2016. Maria Cecília Londres Fonseca-Conselheira. 83ª Reunião”. A Presidente **Kátia Bogéa** agradeceu à Conselheira, parabenizando-a pelo brilhante parecer, e abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro **Breno Bello de Almeida Neves** pediu para falar e, inicialmente, elogiou o parecer da Conselheira. Saudou o Ministro e prestou homenagem à Presidente por ter

sido nomeada para dirigir o IPHAN. Em seguida destacou a importância do trabalho feito pela preservação do patrimônio cultural do Brasil através dos funcionários do IPHAN da sua Diretoria do Patrimônio Imaterial, preservando os costumes do nosso país. Anunciou que o INPI, junto com o IPHAN, tem feito um trabalho de colaboração muito bom, demonstrado numa quinta edição de um livro de artes muito bonito sobre indicações geográficas brasileiras, já existindo a indicação de registro de três patrimônios imateriais que também são de identificação geográfica, da Divina Pastora, relativa a questão das rendas, do saber fazer os queijos de Minas, Serro e Canastra e também do ofício das paneleiras e das goiabeiras. Segundo ele, é um trabalho conjunto que está sendo muito bem feito e que pode ser um exemplo para o mundo e principalmente para a Europa, que dá tanta importância para indicação geográfica, o que eles chamam de apelo de origem, e também à preservação do patrimônio. A **Presidente** agradeceu e passou a palavra para a Conselheira **Márcia Genésia de Sant'Anna**. A Conselheira saudou o Ministro e a Presidente, louvou não só o parecer, que considerou brilhante, mas também louvou o trabalho cuidadoso da Superintendência de Goiás na condução desse processo, e o trabalho do DPI nessa discussão com a Superintendência e com a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, que permite uma visão bastante precisa do que se considera patrimônio imaterial, e teceu a seguinte consideração: "Acho que é uma ótima oportunidade para nós assinalarmos aqui, que parece que a sociedade brasileira de um modo geral e, também, eu diria, a classe política e os legisladores, ainda não têm muito clara a importância do registro, não simplesmente como uma declaração de patrimônio que se baseia numa foto ou no dia em que um evento que acontece, como vem sendo feito frequentemente através de propostas de deputados, de vereadores, de outros membros do poder legislativo e às vezes até por algumas prefeituras, que ajudam a propagar um entendimento completamente equivocado do que é a ideia de patrimônio cultural imaterial, e principalmente do que é a sua salvaguarda". Observou que é preciso uma espécie de cruzada de todos ali para demonstrar à sociedade que registrar um bem cultural é todo um trabalho de produção de conhecimento em toda a sua complexidade, porque é preciso inclusive registrar e conhecer muito bem quem são esses atores, como eles interpretam o seu patrimônio, ressaltando que a participação dos detentores é essencial para que um bem cultural possa ser patrimonializado, e até possa ser efetivamente salvaguardado ou protegido como se quer. Concluiu afirmando: "eu tenho certeza que a sua gestão vai apoiar a continuidade desse trabalho, fortalecer a área da Casa que realiza esse trabalho, mas principalmente eu tenho certeza que a senhora e o Ministro da Cultura vão ajudar a divulgar mais, não somente a ideia de patrimônio imaterial cultural, mas o trabalho que está por trás disso. Obrigada". (Aplausos). Em seguida se manifestou a Conselheira **Lucia Hussak van Velthen**. "Senhora presidente, inicialmente eu me associei aos demais conselheiros nas boas vindas, espero que a senhora tenha um frutífero mandato na sua frente. Em segundo lugar eu gostaria de parabenizar a conselheira Cecília Londres por mais um excelente, conciso, profundo e cuidadoso parecer sobre esse bem que está em julgamento.

Manifesto a minha concordância com a aprovação do Registro para a Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno. Eu gostaria de dar apenas uma pequena pílula etnográfica e voltar àquele sofrimento gostoso aqui, que parece ser uma característica, uma condição *sine qua non* das romarias. Eu estou me lembrando do Pau de Santo Antônio, aquele carregamento do Pau de Santo Antônio, do Ceará, mas eu estou me lembrando sobretudo do Círio de Nazaré, que vai ocorrer agora dia nove de outubro, e eu lembro a todos os Conselheiros é, a maior romaria do país, quiçá da galáxia. E no Círio de Nazaré acompanhar segurando na corda, descalço, é o maior dos sofrimentos, mas a nossa Senhora de Nazaré, a Nazica, como os paraenses falam, merece todos os louvores. Então é isso que eu tenho a dizer”. O Conselheiro **Synézio Scofano Fernandes**, orador seguinte, assim se expressou: “Primeiro me reportar aí a excelência do texto e da apreciação da professora Maria Cecília, como sempre são exposições belíssimas, mas eu quero aqui retomar uma questão que está envolvida segundo o meu ponto de vista na apreciação dos bens imateriais. É a questão da metodologia. Eu acho que todo esse trabalho tem que estar fundamentado num rigor metodológico, e aí eu coloco a questão da temporalidade. É um problema discutido se, desde o registro do bem imaterial, ele já mudou de configuração em decorrência do tempo, ele tem que ser reavaliado sempre, deve ser reavaliado porque o bem registrado está sob o ataque do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento tecnológico das novas maneiras de percepção dos grupos sociais”. Antes de passar a palavra para a Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, a Presidente pediu licença para que o Ministro se despedisse porque iria se retirar em função de outros compromissos institucionais: “Bom, perdão pela ausência senhores Conselheiros, mas a agenda é um pouco premente, mas queria mais uma vez parabenizar e agradecer a todos que fazem parte do Conselho, e dizer que o Ministério da Cultura está sempre de portas abertas. Aproveito para saudar aqui o novo presidente do IBRAM, Marcelo Matos Araújo, que aceitou o convite e a missão de estar à frente do Instituto e desejar a todos nós as bênçãos do Divino Pai Eterno e de todos os santos e anjos que possam estar conosco nessa jornada. Muito obrigado”. (Aplausos). A Presidente agradeceu ao Ministro pela presença e, então, passou a palavra à Conselheira **Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira**, que fez a seguinte observação: “O Pai Eterno, quer dizer a representação de Deus Pai, é uma coisa muito rara porque como todos sabem, essa história vem lá da Bíblia e as três religiões do livro, primeiro o judaísmo, depois o islamismo e depois o cristianismo, todas com a mesma origem, entretanto as duas primeiras não têm nenhum tipo de representação visual, quer dizer Deus é inominável, não pode ser representado de maneira nenhuma. O cristianismo porque tem o Deus encarnado, o Deus filho que se fez homem, então tem e justifica as representações visuais. Olhem o problema, representar o Cristo tudo bem, foi um homem, viveu na Palestina, mas Deus Pai? Mas ele não faz parte de um conjunto da Santíssima Trindade com a Virgem Maria sendo coroada? Eu acho que lá em Tiradentes tem a representação isolada de Deus Pai e não é à toa que esse mineiro que veio lá para Barro Preto é que trouxe essa devoção. Então,

eu acho que essa devoção vem de Minas porque nós temos lá outras localidades com essa representação e isso não invalida a originalidade de destacar, da Santíssima Trindade, Deus Pai sozinho. A dificuldade foi para o Espírito Santo que acabou virando uma pomba com a absoluta dificuldade dos artistas e da igreja de formalizar visualmente essa figura. Então era só isso que eu queria acrescentar, como também a originalidade dessa devoção”. A Conselheira **Fernanda Bordin Tocchetto** pediu a palavra: “Senhora Presidente do IPHAN, muito prazer. É a primeira vez que nos encontramos. É a minha segunda reunião no Conselho, então venho com bastante alegria. Quero colocar que a Sociedade de Arqueologia Brasileira se coloca à disposição para ser parceira e para colaborar na valorização e preservação do patrimônio arqueológico brasileiro como o nosso presidente já fez uma conversa com vocês. Bem, gostaria de parabenizar a conselheira Maria Cecília pelo brilhante parecer, com uma profundidade e detalhamento que nos dá condições para poder avaliar essa indicação de registro do patrimônio imaterial da romaria. Eu gostei muito de ler a síntese e ainda mais de escutar o parecer agora em outras palavras e, também concordando com a conselheira Márcia, um aspecto fundamental desse processo é o envolvimento do grupo, do movimento comunitário nessa demanda e esse parecer mostrou muito bem esse envolvimento e a presença das pessoas aqui, da Superintendência, do grupo dos senhores que estão aqui, dos carreiros e romeiros aqui presentes”. A Presidente agradeceu, e passou a palavra para o Conselheiro **Augusto Ivan de Freitas Pinheiro** que fez a seguinte colocação:” Eu já tinha gostado do resumo, mas o parecer me deu uma nítida noção de como é que evolui uma atividade cultural que começa com uma pessoa, um casal no caso ali, que constrói uma casinha de palmeira de buriti e ao longo da trajetória dessa, digamos, inicial romaria, ele vai agregando outras coisas, outras festas, outra participação, vai virando na realidade um grande espetáculo. Então, uma das qualidades foi mostrar como uma atividade cultural rompe esse objeto de um mundo em que o tempo todo está afetando a sua própria realização. Entram os políticos, entram os padres, entra uma série de elementos que em algum momento poderia estar desfigurando alguma coisa do espetáculo, traz esse período e quando você finalmente chega à conclusão do seu parecer, parece-me que você volta ao início, à essência da coisa, dizendo, são os detentores as pessoas que produzem essa romaria, a fé está ali, o que segura é a fé porque senão vira um espetáculo para a televisão. Eu achei muito bonito poder perceber essa sutileza quase de bordado com que você foi terminando a sua colcha e ao mesmo tempo agregando informações e criando uma conclusão no final que essa festa pode durar se os detentores permanecerem com essa mesma carga de fé. Parabéns”. A Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca** pediu à Presidente que lhe concedesse a palavra para tecer alguns comentários sobre as intervenções dos demais Conselheiros alusivas a seu parecer, no que foi atendida pela Presidente. Assim, então, se manifestou: “Primeiro, eu queria agradecer a todos, mas é óbvio que esse agradecimento não é só meu. Estou aqui representando o *grand finale* de um processo extremamente longo, cuidadoso, compartilhado, trabalho esse que traz

41

uma experiência que é vivida pelos detentores. Eu acho que isso fica muito claro na medida em que a gente se aprofunda nos pareceres, se aprofunda na produção de conhecimento, como essa “verdade” vem à tona e ela pode ser explicitada num parecer de dez páginas, mas isso só é possível porque tem um processo longuíssimo, de trabalho, de diálogo, de cooperação e sempre a ideia de compartilhamento”. Em seguida fez observações sobre os comentários anteriores da Conselheira Márcia Sant’Anna sobre a concessão de títulos de patrimônio imaterial por outros poderes: “esse aspecto é que me aflige muito, o político outorgar um título a uma manifestação cultural e lhe dar um *status*, e a gente vê isso acontecer em vários níveis de governo, quando o registro é um momento que só tem sentido com um antes, e que são as pesquisas depois, que é a salvaguarda, enquanto que há ações que só se concentram na concessão do título, como se isso pudesse justificar uma política pública, uma ação do poder público em termos de patrimônio, o que que é isso? Podemos ver como é difícil e como o imaterial tem um poder de atração, porque está tratando com seres, com pessoas, membros da sociedade, não é com monumentos. Então o nosso compromisso não é com o registro, o nosso compromisso é com a política, eu acho que isso é muito importante para demonstrar à sociedade e aos outros entes do poder público que trabalhar com patrimônio imaterial é muito mais do que declarar. Era isso que eu queria dizer, e aproveito para pedir uma salva de palmas para as pessoas que elaboraram esse dossiê que permitiu esse parecer de tanta qualidade, como os técnicos aqui presentes, a professora Valéria que fez uma dissertação de mestrado em dois mil e sete, inclusive eu fui da banca de Valéria de doutorado, e quando eu recebi o convite, pensei, estou com a faca e o queijo na mão, porque além de tudo tem a Valéria para me ajudar com o testemunho dela; a Salma Saddi, por esse trabalho básico também que é tão importante, e a antropóloga, doutora Nei Clara de Lima da Universidade Federal de Goiás, uma grande parceira em toda essa área do patrimônio imaterial em Goiás”. Retomando a palavra a Presidente Kátia Bogéa encaminhou a votação do parecer solicitando que levantassem o braço os Conselheiros favoráveis. Proclamado o resultado, por **unanimidade foi aprovado o Registro da Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade de Goiás, com inscrição no Livro de Registro de Celebrações, nos termos do parecer da conselheira relatora Maria Cecília Londres Fonseca**”. A seguir os representantes dos detentores foram convidados a falar. José Eugênio Guimarães Filho, Presidente da Federação dos Carreiros, assim se manifestou: “ Boa tarde a todos, a gente fica muito emocionado porque essa espera já é de dezesseis anos e saiu hoje. A colega Salma trabalhando já tem muitos anos, a nossa Secretária de Cultura de Trindade, também, trabalhando e agora chegou o momento que a gente esperava. Quero agradecer a todos vocês também pelo voto, pelo conhecimento que vocês têm e cumprimentar a todo pessoal do estado de Goiás que está andando com a gente todo ano, na festa do Divino com os carreiros, então a gente fica muito emocionado e fica muito grato”. José Eugênio Guimarães Filho, Presidente da Federação dos Carreiros, também fez pronunciamento: “Eu faço parte da romaria,

eu sou romeiro de Trindade, meu pai foi romeiro, então ele deixou essa tarefa para mim. Ele falou: você não deixa acabar não. E eu não sei porque é que ele me pediu que não era para deixar acabar, porque ele falou na linguagem dele que a primeira condução que teve para transportar as coisas foi o carro de boi. Então, então eu queria deixar essa notícia aqui para vocês". Por último, falou a Superintendente do IPHAN no Estado de Goiás, Salma Saddi; "Olha, não tem salário nenhum no mundo que pague a alegria de trabalhar com essas pessoas. Muito obrigada aos senhores por terem tido esse carinho com esses carreiros maravilhosos, pessoas que se preparam o ano inteiro para essa romaria. Cecília Londres muito obrigada, Márcia obrigada pelos conselhos, Kátia, eu sei que você vai fazer um trabalho lindo no IPHAN, e eu espero poder participar de parte dele porque eu já estou ficando, como se diz, de meio dia para tarde, e vou precisar de dar um rumo também na minha vida. Quero agradecer minhas colegas do IPHAN que estão aqui, são meninas, é uma equipe minúscula, é uma equipe pequena, mas grande, grande diante do que fazem pelo patrimônio cultural brasileiro. Tenho o maior orgulho dessa equipe, pessoas que não conhecem a palavra corrupção, desamino, preguiça, fazem pelo amor à causa. Obrigado". Após os agradecimentos aos presentes, a Presidente Kátia Bogéa retomou o **ponto 1**. Aprovação da Ata da 82ª Reunião. Dispensando a leitura, por ser de conhecimento prévio dos Conselheiros, perguntou se havia alguma manifestação em contrário. Não havendo, considerou **aprovada por unanimidade a Ata da 83ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, realizada no dia 06 de maio de 2016, no Rio de Janeiro. Tendo em vista a renúncia do Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho, após vários anos integrando o Conselho, a **Presidente** passou à leitura de Moção de Agradecimento apresentada pelo Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses ao Professor Nestor, para endosso dos membros do Conselho. "**Moção de Agradecimento ao Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho**. No momento em que o conselheiro Nestor Goulart Filho se afasta do nosso convívio institucional após dezessete anos, de mil novecentos e noventa e nove a dois mil e dezesseis, de uma atuação relevante, cumpre lamentar a falta que fará no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ao mesmo tempo, porém, cabe reconhecer que a herança dele recebida continuará a produzir seus melhores frutos, como professor titular catedrático da FAA USP Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da qual foi o primeiro diretor arquiteto, formou gerações e discípulos. Como pesquisador com a sua dupla competência de arquiteto e cientista social produziu vasta obra da história da arquitetura e do urbanismo como um processo único. Quase três dezenas de livros abriram caminhos pioneiros no tratamento teórico e metodológico de seu tempo, coletou e repertoriou notável acervo cartográfico e iconográfico referente ao Brasil. Como profissional estendeu sua presença fora da universidade em obras de recuperação de arquitetura, mas sobretudo em órgãos como EMURB Empresa de Municipal de Urbanização de São Paulo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura e outros. Seus contatos com o universo do patrimônio cultural começaram nos tempos de

412

estudante e nunca se romperam, sua presidência no CONDEFAT introduziu novo patamar no órgão. Conta em crédito a criação da comissão do patrimônio da USP e do laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação. As relações com o IPHAN também se iniciaram nos tempos estudantis e se multiplicaram sobre as mais variadas formas de colaboração e articulação, que tem um caso exemplar na organização conjunta IPHAN, CONDEFAT, USP do primeiro curso de especialização em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos em mil novecentos e setenta e quatro, cujas marcas ainda hoje estão bem vivas. No Conselho Consultivo sua atuação em geral e particularmente seus pareceres muitas vezes fundamentados em pesquisas inéditas valem como referência. Diante dessas qualificações, acredito justificado solicitar à senhora presidente que submeta ao Conselho Consultivo a presente moção de reconhecimento da fecunda trajetória do professor Nestor Goulart Reis Filho entre nós. Por toda essa trajetória queremos agradecer ao Conselheiro Nestor por sua contribuição e manifestar a mais profunda gratidão pela convivência ao longo de todos esses anos. São Paulo, primeiro de setembro de dois mil e dezesseis. Ulpiano Bezerra de Meneses. São Paulo, 1º. de setembro de 2016. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Conselheiro". Os aplausos foram unânimes e a Moção foi endossada pelo Conselho, e foi assinada por todos os Conselheiros presentes para envio ao ex-Conselheiro Nestor Goulart Reis Filho. Esgotada a pauta da manhã, a Presidente **Kátia Bogéa** deu por interrompida a reunião para almoço, e convocou a todos para a darem continuidade na parte da tarde, às 14h30. **PERÍODO DA TARDE - 14h30. A Presidente** reabriu a reunião informando que a Conselheira Ângela Gutierrez entregou uma publicação aos Conselheiros, "Santos Homens, os Combatentes da Fé", e que o IPHAN estava entregando as novas publicações produzidas, com destaque para o Dossiê do registro do frevo como patrimônio imaterial brasileiro também reconhecido na UNESCO como patrimônio da humanidade, e os pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural: Cidades Históricas, Conjuntos Urbanos e Arquitetônicos, tendo o Professor Nestor Goulart Reis Filhos e a arquiteta Anna Elisa Finger, como organizadora para quem pediu aplausos. Solicitou ao Conselheiro **Leonardo Barci Castriota**, representante do ICOMOS, que fizesse um pronunciamento acerca do falecimento da ex-Conselheira Suzana Sampaio, outrora presidente representante daquela instituição internacional de patrimônio, ocorrido recentemente. O Conselheiro, então pronunciou as seguintes palavras: "No último julho, nós tivemos essa triste notícia da morte de Suzana Sampaio, que como vocês sabem, foi presidente do ICOMOS Brasil durante muitos anos e, foi membro representante do ICOMOS nesse conselho. Teve uma atuação junto aos diversos conselhos científicos do ICOMOS, inclusive na direção do ICOMOS Internacional teve uma participação muito importante. Então nós lamentamos muito, nós lançamos uma nota de pesar pela morte de Suzana e recebemos aproximadamente cem manifestações do mundo inteiro, inclusive um texto, depois eu vou repassar para vocês, um texto do Gustavo Araoz (EUA), que é o presidente atual do ICOMOS Internacional colocando a

413

importância da Suzana. Então eu gostaria de registrar aqui o passamento da Suzana". Após o registro, a Presidente passou a palavra para o Diretor do DEPAM, Andrey Schlee, para apresentar o Informe do DEPAM sobre a Portaria de Entorno da Serra do Curral, em Minas Gerais e sobre a situação da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis/ SC. **Andrey Schlee** pediu para fazer uma pequena inversão de pauta, trazer o ponto 5) Análise de impugnação: Processo nº 1550-T-2007 - Passarela do Samba, no Rio de Janeiro/RJ, para abordá-lo junto com o Informe, para se passar para o tema mais importante, o processo de Tombamento da Casa da Flor, no que aceito pelos Conselheiros. Passou ao primeiro informe, relativo à **Portaria nº 198/2016**, que "Dispõe sobre a descrição da poligonal de tombamento e o estabelecimento da poligonal de entorno do Conjunto Paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral, situada nos Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, bem objeto de tombamento federal pelo IPHAN". O Diretor disse que era um tombamento antigo, da década de sessenta, e extremamente importante para a cidade de Belo Horizonte, e que desde a década de cinquenta até o tombamento, o Conselho Consultivo se debruçou sobre esse tema, com amplo debate e com pareceres de vários Conselheiros. Explicou que houve um erro em relação ao bem tombado, que se situa apenas no município de Belo Horizonte, motivo pelo qual a Portaria deverá ser republicada com a alteração. "Assim que ela foi publicada, pelo menos duas empresas entraram em contato conosco alegando que nós tínhamos cometido um erro. É uma portaria apenas de quatro artigos porque o objetivo da portaria era delimitar a área de entorno já que os bens já estavam tombados e já havia a poligonal de tombamento. Qual foi o erro que nós cometemos, eu vou ler: 'A área tombada no conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada, ou seja, a parte mais acidentada, mais cortada da Serra do Curral formada por duas porções territoriais, uma no município de Belo Horizonte e outra no município de Nova Lima no Estado de Minas Gerais consoante as poligonais descritas no anexo um'. Então ao estabelecer a poligonal de entorno da Serra do Curral, a portaria considerou a porção territorial em Nova Lima como tombada, quando, na verdade, apenas a porção ou face de Belo Horizonte encontra-se acautelada. Como apenas o Conselho Consultivo pode definir o que está ou não tombado, e não o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização ou a Superintendência, cabe ao IPHAN republicar a portaria mantendo apenas a face do pico da Serra do Curral voltada para o município de Belo Horizonte" enfatizou o Diretor. Passou ao **segundo ponto referente à impugnação recebida à rerratificação do tombamento da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, em Florianópolis/SC**, onde os interessados solicitam mais prazo para apresentação de argumentos técnicos, alegando terem tomado conhecimento apenas no último dia do prazo previsto. Nesse caso, uma vez que não foi realizada a publicação da alteração da poligonal em jornais de grande circulação, por orientação da Procuradoria Federal junto ao IPHAN, essa deverá ser realizada e o prazo reaberto, sendo atendido, portanto, o pleito do interessado, informou. O terceiro item,

fruto da inversão de pauta, diz respeito à passarela do samba. **Andrey Schlee** abriu a discussão com a seguinte colocação: “Na última reunião do Conselho Consultivo, ocorrida no Rio de Janeiro, no Palácio Capanema, nós encerramos ou tentamos encerrar o processo de tombamento das obras de Oscar Niemeyer, processo que estava aberto, desde dois mil e sete, ano do centenário de Oscar Niemeyer. Naquela oportunidade, nós tombamos o MAC, o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, a Passarela do Samba do Rio de Janeiro e os edifícios originais de Ibirapuera, em São Paulo. Embora a Rio Tour estivesse presente, entrou com uma impugnação que basicamente diz respeito à preocupação da Rio Tour com a possível necessidade daquela instituição de ter que mexer na Passarela do Samba no período de carnaval, ou nos eventos que ali são realizados, ter de submeter isso ao IPHAN, e não receber aprovação”, declarou. Afiançou que “todos os pedidos de impugnação são levados à Procuradoria, que nos dá orientação de como proceder, para evitar a geração de um problema maior depois. Neste caso, a ideia é que, considerando que os valores do tombamento estão muito claros, que estamos trabalhando com as questões relacionadas obviamente ao Arco, ao antigo chamado Museu do Samba, que é o elemento que está abaixo do Arco e as arquibancadas, isso deve receber o mesmo tratamento de bens tombados do Brasil e que, do ponto de vista de atualizações ou até de alterações do próprio espaço, consideramos que faz parte da atualização, porque o que queremos ver é a Passarela do Samba com samba, com carnaval, ou seja, com os eventos que são, lá, realizados. A palavra foi dada ao Chefe da Procuradoria Federal, Dr. **Heliomar Alencar de Oliveira** que fez a seguinte observação: “O DEPAM apresentou uma proposta no sentido de não acolhimento dessa impugnação, ou seja, de improvido dessa impugnação. Na verdade, a decisão sobre o acatamento ou não dela é dos Conselheiros, aos quais cabe se manifestar em de acordo com a proposta do DEPAM ou eventualmente sugerir uma proposta alternativa ou até mesmo dar provimento à impugnação apresentada pela Rio Tour”. A **Presidente** passou a palavra para a Conselheira **Márcia Genésia de Sant’Anna** que perguntou se as impugnações apresentadas tinham um relator que as examinasse para que fosse apresentado um parecer, pois tinha dificuldade de se pronunciar sobre a questão sem ter visto alguém relatando o que era realmente a peça impugnatória da Rio Tour, ao que **Andrey Schlee** respondeu explicando que quando a impugnação coloca em discussão o mérito do tombamento, ela é redistribuída para o Conselheiro de origem ou para um novo, no caso seria um novo pela ausência do Conselheiro Ítalo Campofiorito, mas nesse caso não há uma discussão de mérito, porque o impugnador discorda do tombamento porque acha que vai colocar em risco o carnaval, não havendo, segundo Andrey, nenhuma discussão de mérito e tão pouco uma discussão do ponto de vista jurídico que levasse ao aprofundamento do Conselho. A Conselheira **Maria da Conceição Alves de Guimaraens** argumentou que há atividades que exigem a instalação de equipamentos temporários. Nas Olimpíadas, de acordo com ela, em vários lugares do Rio de Janeiro foram feitos esses tipos de construção. Citou, como

exemplo, a arena na praia em Copacabana, e a instalação de tendas no próprio aterro. Assegurou que “a prefeitura, a Rio Tour, está sendo contra o instituto do tombamento. Não é somente contra o instituto do tombamento no caso do sambódromo não, é contra o instituto em si, porque o IPHAN lida com essas agregações temporárias em grande parte das nossas cidades. Enfim, a minha opinião é que a argumentação é muito frágil”. **Andrey Schlee** passou a ler o trecho da posição do DEPAM para não haver dúvidas: “Após apreciação pelo Conselho Consultivo, durante sua reunião no Rio de Janeiro em 06 de maio de 2016, foi protocolado junto ao IPHAN um documento assinado pelo diretor presidente da Rio Tour José Carlos Ferreira de Sá apresentando impugnação ao tombamento do conjunto Passarela do Samba. Com a argumentação de o carnaval, por ser uma manifestação dinâmica exigiria permanentes alterações do bem de forma a mantê-lo adequado à utilização ao qual foi destinado, e as restrições impostas pelo tombamento poderiam apresentar dificuldades para tal, porém destacamos que o próprio autor da impugnação menciona aqui “essa Companhia Municipal de Turismo jamais cogitou a possibilidade de alterar o projeto criado pelo insigne Oscar Niemeyer, apenas todos os anos somos obrigados a adequá-los para efeito de cumprimento do fim institucional”. Essa é a argumentação. **Dr. Heliomar Alencar de Oliveira** declarou que “na verdade o que a Rio Tour chama de pedido de impugnação, eu acho que o conteúdo dele é muito mais um pedido de esclarecimento ao IPHAN sobre o que efetivamente ela pode fazer, quais seriam os elementos materiais do que foi tombado, que não podem ser mexidos de forma alguma”. “E aí ato contínuo ao tombamento, no ato do tombamento nós aprovamos o bem tombado, a poligonal do bem tombado e a área de entorno, a gente passa então a estabelecer os critérios para essa área”, complementou **Andrey**. A Conselheira **Márcia Genésia de Sant’Anna** concordou que o argumento era frágil, mas, a partir de discussões levantadas em oportunidades anteriores pelos ex-Conselheiros Nestor e Jurema Machado, ela alegou que “seria uma coisa importante se discutir nos processos de tombamento uma maior participação dos usuários e gestores porque, por exemplo, me parece que se, talvez, a Rio Tour de algum modo estivesse mais envolvida na construção desse processo, ela não teria, a meu ver, esse tipo de preocupação, pois entenderia melhor o que o IPHAN está pretendendo, o que está se querendo valorizar ali e possivelmente não se precisaria nem impugnar. Então, eu acho isso fundamental. É claro que eu não sou ingênua a ponto de pensar que não seja necessário muitas vezes agir de ofício, agir de uma maneira até mais impositiva diante de riscos de destruição que acontecem principalmente com relação ao patrimônio material. Mas, não parece ser esse o caso. Que eu saiba a passarela do samba não estava em nenhum risco iminente, então assim, parece que a gente precisa discutir essa metodologia de instrução de processo de tombamento, inclusive aproveitando os avanços que foram conseguidos nesse sentido na área do patrimônio imaterial, que pode sim contribuir com a do material, ou seja, na transformação da instrução dos processos de tombamento em algo mais compartilhado, onde usuários, detentores, até interessados na

preservação do bem participem mais dos processos. Voto pela manutenção do tombamento”, concluiu. A Presidente **Kátia Bogéa**, antes de passar a palavra para outro Conselheiro, fez a seguinte consideração: “Recentemente, nós finalizamos, e foi até um processo iniciado pela Jurema Machado, o reconhecimento do Conjunto da Pampulha e o IPHAN já trabalhou nesse sentido. Foi uma candidatura construída já prevendo plano diretor, a gestão compartilhada, cada um sabendo qual será o seu papel a partir daquele momento em que o bem foi reconhecido. Cada um com suas obrigações. Então, eu acho que nós já estamos caminhando nesse sentido de fazer os tombamentos de forma pactuada”. Então, deu a palavra à Conselheira **Cléo Alves Pinto de Oliveira** que fez a seguinte consideração: “Boa tarde a todos. Como é a primeira vez que eu estou aqui pedindo a palavra, vou aproveitar para parabenizar a Kátia pela presidência e também colocar o Ministério das Cidades à disposição no que pudermos ajudar. Com relação a essa impugnação a minha fala é muito no sentido dos demais que já se pronunciaram, que, da mesma forma como para um centro histórico tombado existem as normas de preservação, para um bem isolado também se pode estabelecer um protocolo e uma forma de atuar depois do tombamento, principalmente no caso de um bem que tem esse uso específico numa época do ano, com um caráter específico, assim, de instalações temporárias, e de estabelecer alguns protocolos, e o que é possível, já, fazer em termos de gestão para informar aos gestores do bem tombado e, também, não ter a cada ano que começar tudo de novo. Já construir uma forma de gestão compartilhada que é, eu acho, que deveria ser utilizada para todos os outros bens que têm a mesma natureza. Até poderia funcionar como piloto nesse caso. O Conselheiro **Augusto Ivan de Freitas Pinheiro** afirmou que concordava totalmente com a Conselheira Cléo. E, devido ao fato de ter que a cada ano aprovar o projeto de uma coisa que vai durar tão pouco tempo, talvez pudesse ter algum instrumento que dissesse que em instalações temporárias, ou o IPHAN dá um visto ou não dá nada, mas que não pode ser modificada a estrutura básica do monumento. Terminadas as manifestações dos Conselheiros, a Presidente Kátia Bogéa colocou em votação o pedido de impugnação que foi **rejeitado por unanimidade**. A seguir abriu para deliberação o ponto **4) Proposta de Tombamento da Casa Flor, em São Pedro da Aldeia, Processo nº 1659-T-12**, relatado pelo Conselheiro Leonardo Barci Castriota. Antes de passar a palavra ao relator, registrou as presenças da Senhora Amélia Zaluar, Presidente do Centro Cultural Casa da Flor, Monica da Costa, Superintendente do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro, e das técnicas do IPHAN responsáveis pelo processo, Cynthia Vanderlinde Tarrisse Da Fontoura e Clara Maria Paulino Cao, passando em seguida a palavra ao relator do processo. **“PARECER. Ref.: PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 1659-T-12 - “CASA DA FLOR SITA À ESTRADA DOS PASSAGEIROS, 232, NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.** **Preâmbulo.** Inicialmente, cabe-me agradecer a indicação da Presidenta Kátia Bogéa para relatar este pedido de tombamento, indicação que me permitiu debruçar sobre esse importante bem cultural, obra singular de arte e arquitetura, da mais alta relevância para a

sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, quero registrar que esta oportunidade me levou a refletir também sobre questões de fundo, que, a meu ver, estão necessariamente subjacentes à proteção de um bem dessa natureza – que escapa não só dos cânones artísticos consagrados, mas que se subsume com dificuldade às classificações artísticas correntes. Para esta missão – executada em regime de urgência, tendo em vista a desistência de relator anterior – examinei cuidadosamente o Processo de Tombamento N. 1659-T-12, bem como consultei diversas obras, trazendo para este complexo debate outros autores e experiências, além de ter tido a felicidade de visitar a Casa da Flor na última sexta-feira, na companhia da pesquisadora Amélia Zaluar, que me abriu as portas da casa de Seu Gabriel. **Histórico do processo.** Em 02 de setembro de 2010, o Senhor Geraldo Luiz Ferreira, Presidente do Instituto Cultural Casa da Flor, solicita ao IPHAN “as providências cabíveis para o tombamento federal da Casa da Flor, cuja pertinência e merecimento acreditamos ser respaldada pelos valores que o bem detém” (Fl. 1). Este bem já tinha sido tombado pelo INEPAC / RJ em 1986, tendo sido formada, no ano seguinte, uma associação de amigos, “A Sociedade de Amigos da Casa da Flor”, que foi transformada, em 2001, na organização não governamental Instituto Cultural Casa da Flor, com o objetivo de divulgar e preservar o monumento. Ao pedido, se juntava uma extensa documentação sobre o Instituto Cultural Casa da Flor, incluindo fotografias, recortes de jornais, croquis, e um currículo, que abrange o período de 1986 a 2010, que descreve com detalhes o cuidadoso trabalho de preservação e divulgação realizado pela Associação. No início do processo, consta ainda um ofício do Prefeito de São Pedro da Aldeia, Sr. Carlindo Filho, de 08 de setembro de 2010, manifestando seu total apoio à proposta de instrução de pedido de tombamento da Casa da Flor em nível federal”, chamando a atenção que a mesma, já tombada em nível estadual, constitui “importante atração turística municipal”, e que “precisa ser amplamente divulgado como exemplo de práticas de reciclagem a serem imitadas como também estímulo ao desenvolvimento da criatividade e da manifestação do talento artístico”. (Fl. 27). Digno de nota é também, à folha 31, um bilhete manuscrito de Amélia (Zaluar), datado de 09 de setembro de 2010, em que ela encaminha material acerca da Casa da Flor e manifesta sua satisfação de que “a roda está mesmo girando”. Em 22 de setembro de 2010, Ivo Matos Barreto Junior, chefe do escritório técnico da Região dos Lagos, encaminha dossiê sobre a Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia, e solicita prosseguimento do estudo para fins de tombamento, afirmando que “o presente pedido de tombamento, além de estar respaldado no planejamento conjunto entre Governo Federal/Estado/Município, ocorrido durante o ano de 2009 por ocasião da construção de uma agenda pactuada de atuação que veio a resultar no PACH, traz consigo indícios contundentes de valores tais que apontam para a Casa Flor como um bem de extrema relevância à cultura do país, especialmente pela maneira artística excepcional pela qual se manifesta retratando de maneira única e impregnada de significados o percurso histórico da cultura negra no Brasil”. (Fl. 46). Em 24 do mesmo mês, encaminha-se ainda complementação da documentação. Já em

2011, o Prefeito de São Pedro da Aldeia, Sr. Carlindo Filho, envia, em 14 de junho, um ofício ao então Superintendente do IPHAN do Rio de Janeiro, Arquiteto Carlos Fernando Andrade, em que, nos mesmos termos do ofício anterior, solicita as providências cabíveis para o tombamento federal do bem (Fl. 58). Em 19 de outubro, o CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, envia ao IPHAN correspondência em que manifesta seu apoio ao tombamento da Casa da Flor, “patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro, belíssima obra poética criada por um artista negro, pobre, semianalfabeto, filho de um escravo e de uma índia, que sempre viveu numa região do município de São Pedro da Aldeia, onde moravam os descendentes negros de habitantes da região” (Fl. 60). No ano seguinte, em 21 de maio de 2012, a arquiteta Joyce Pena, da Superintendência do Rio de Janeiro, encaminha à Coordenadora Técnica, Márcia Franqueira, o pedido de tombamento do bem, acompanhado de parecer, de levantamento fotográfico realizado em 30 de abril de 2012, de Laudo de Vistoria e de proposta preliminar de área de entorno, para que ela examinasse o processo e o encaminhasse ao DEPAM (Fl.62). Em seu parecer, a arquiteta descreve minuciosamente a Casa da Flor, procurando enquadrá-la através de uma leitura cuidadosa do objeto e de diversas leituras que dele se fizeram, bem como analisa a situação do bem naquele momento, destacando que “apesar de sua delicada compleição física, a Casa da Flor tem, a duas penas, resistido ao tempo e às intempéries”. A sua conclusão é amplamente positiva, anotando se tratar de um “patrimônio de excepcional valor cultural, não só para São Pedro da Aldeia, não só para o Estado do Rio de Janeiro, como também para a Nação brasileira” e indicando-a para tombamento, com inscrição “no Livro de Tombo das Belas Artes, classificando-a como obra de arte popular de excepcional valor artístico” (Fl. 81). Como complementação, a arquiteta responsável encaminha também uma proposta preliminar de delimitação da área de entorno, a ser aplicada no caso de o imóvel ser tombado pelo IPHAN, que visaria “sobretudo a proteção da ambiência natural em que o imóvel se acha inserido”, área que já começava a seu ver, a apresentar “sinais de adensamento” (Fl. 82). Já no Laudo de Vistoria, datado de 30 de março de 2012, Ivo Matos Barreto Junior registra, quanto ao estado de conservação do bem, haver perda de alguns elementos escultóricos, bens integrados de destaque na casa tais como baluartes térreos, pináculos, nichos, esculturais florais, que se encontrariam bastante deteriorados, “em função de serem executados em argamassas com característica orgânica”, perda de elementos ornamentais compostos, elementos não estruturais de exclusiva função ornamental, “instabilidade de elementos de dupla função”, notadamente o muro nordeste que necessitaria de ação urgentíssima, pois estava em vias de desabar. A seu ver, no entanto, embora o tema dos elementos decorativos fosse grave, mais sério ainda seria a “manifestação de trincas tais que nos levam a crer que haja no terreno ou na amarração das paredes uma mazela estrutural grave e em avanço.” (Fl. 91). Em vista de tais considerações, o chefe do Escritório Técnico da Região dos Lagos acreditava “ser de extrema necessidade e urgência uma ação imediata de contenção dos danos, tendo em vista que seus sintomas podem

indicar mazelas estruturais graves que, se confirmadas, colocam em risco claro a estabilidade do monumento como um todo, especialmente no período de chuvas que se inicia”. (Fl. 96). Segue-se um levantamento fotográfico da Casa da Flor e de seu entorno, que se estende até a folha 139 do Processo, contendo aproximadamente 120 fotografias com respectivas descrições, num trabalho minucioso de registro. Em 08 de junho daquele mesmo ano, a Coordenadora Técnica do IPHAN, Márcia Franqueira, encaminha à Superintendente, Sra. Cristina Lodi, o pedido de tombamento, que é enviado ao Arquiteto Andrey Rosenthal Schlee, Diretor do DEPAM, em 29 de março. Recebendo o processo, o Diretor o encaminha em 09 de julho para a Coordenação de Bens Imóveis, “para análise e manifestação” (Fl. 141). Dando prosseguimento aos trâmites, o Sr. António Sousa, Coordenador de Proteção e Conservação solicita à Arquiteta Lia Motta, Coordenadora do COPEDOC, a abertura do processo de tombamento na série histórica “Processos”, que é aberto sob o número N. 1659-T-12. Em 31 de julho, o Coordenador de Proteção e Conservação, Sr. António Sousa, encaminha à Sra. Érica Diogo, Coordenadora Geral de Bens Imóveis, memorando em que subscreve “a proposta de indicação de tombamento expressa pela arquiteta Joyce Pena” (Fl. 148), acrescentando que o tombamento “deverá compreender, para além da edificação e dos elementos integrados, a área de terreno correspondente ao lote em que se situa a casa, englobando os elementos que integram os jardins (vasos, arranjos florais e outros elementos dispersos), bem como a escadaria de acesso à Casa da Flor, no sentido de compor a ambiência da produção do bem e a vivência do seu criador”, sugerindo-se ainda a adoção da poligonal de entorno proposta na Informação n. 251/12/COTEC/IPHAN-RJ de 21/05/2012, recomendando-se ainda “que a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro inicie a respectiva normatização da preservação, dado que a dimensão da área requer ações articuladas com o Município de São Pedro da Aldeia, no sentido de controlar o processo de urbanização da envolvente próxima ao bem”. (Fl. 149) Em sua argumentação, o Memorando considera “reduzidor” procurar vincular a Casa da Flor a modelos ou movimento, como da “arquitetura fantástica”, “arquitetura espontânea”, “visionária ou “extraordinária”, “como se fosse imprescindível encontrar uma classificação confortável, amplamente teorizada e reconhecida” (Fl. 149). A seu ver: “Não sendo, certamente, objeto único da criação humana, a Casa da Flor não requer, contudo, esse procedimento metodológico de taxonomia ou de recolocação no processo histórico cronológico ou temático da produção cultural, pois agrega valores consolidados, o que lhe permite reconhecimento desvinculado e autônomo”. Continuando, o Memorando considera o Laudo de Vistoria elaborado pelo Chefe do Escritório Técnico da Região dos Lagos, Ivo Matos Barreto Junior (fls. 85-96), que descrevia a ocorrência de diversas situações de instabilidade do solo envolvente e da fundação da Casa da Flor que estavam causando diversos danos nos componentes construtivos e decorativos, e recomenda o **Tombamento Emergencial** do bem “no sentido de viabilizar o conjunto de ações programadas pelo Instituto Cultural Casa da Flor – como entidade gestora do espaço -, estando o respectivo

projeto aprovado na Lei do ICMS no valor de R\$109.900,00 (aguardando financiador), e devidamente considerado no planejamento conjunto entre Governo Federal/Estado/Município ocorrido em 2009 no âmbito do PACH – Plano de Ação das Cidades Históricas de São Pedro Aldeia”. Entretanto, considerando que o processo se encontrava “completamente instruído”, sugere que o mesmo poderia, “sendo esse o entendimento da Presidência, prosseguir tramitação inerente ao seu tombamento definitivo” (Fl. 149). Em agosto de 2012, o processo começa a ser apreciado pela Procuradoria Federal, que se dedica a garantir a legalidade do processo e enquadrá-lo nos respectivos instrumentos legais, preparando ainda um parecer jurídico sobre o tombamento emergencial da Casa da Flor. Naquele Parecer, destaca-se especialmente o item 28, que analisa aos motivos ensejadores do tombamento – aspectos artísticos: “Dessa forma, uma vez que se trata de obra de arte popular de excepcional valor artístico, resta evidenciada a motivação artística a ensejar o tombamento da Casa da Flor, situada à Estrada dos Passageiros, n. 232, Distrito de Vinhateiro, Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, no Livro do Tombo de Belas Artes” (Fl. 166). No que se refere ao seu estado de conservação, o Parecer recomendava “sua recuperação imediata, sob risco de perda de importante bem cultural” (Fl. 168). Em relação ao bem objeto de tombamento, anotava-se ainda: “O bem do objeto de tombamento, nos termos do Memorando nº 236/12/CGBI/DEPAM, às fls.146, compreende a edificação, os elementos integrados, a área do terreno correspondente ao lote em que se situa a casa, englobando os elementos que integram os jardins (vasos, arranjos florais e outros elementos dispersos), e a escadaria de acesso à Casa da Flor, no sentido de compor a ambiência de produção do bem e a vivência do seu criador, conforme planta de situação às fls. 84 do processo administrativo nº 01500.002792/2012-21” (Fl. 169). Completava: “De outra banda, a arquiteta urbanista Joyce C. M. Kurrels Pena, às fls. 81, sustenta que a proposta de tombamento não deverá incluir os bens móveis, atualmente, participantes do contexto museográfico conferido à casa, tendo em vista que os referidos objetos servem apenas para compor a ambiência próxima àquela vivida por seu primeiro e único morador. ” (Fl. 169). Já que a propriedade do bem era do Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, Procuradoria Federal recomendava ainda que se deveria proceder ao tombamento de ofício do bem, conforme o art. 5º do Dec.-Lei n. 25 / 1937. (P. 171). Assim, em 04 de agosto de 2012, foram notificados o Governador do Estado, a Superintendente do SPU no Estado do Rio de Janeiro, o Prefeito de São Pedro da Aldeia (Fl.188-190). Em 27 de agosto, foi publicada a súmula do processo no Diário Oficial da União (Seção 3, p. 12) (Fl 191), bem como no jornal “O dia, de grande circulação (Fl. 195-196). Com isso encerra-se o primeiro volume do PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 1659-T-12, referente à Casa da Flor. O segundo volume, por sua vez, consta apenas de alguns encaminhamentos administrativos mais recentes. Cabe anotar que o referido processo ainda traz volumosos anexos, entre os quais podem se destacar o Anexo I, que contém cópias de fotografias pertencentes a Amélia Zaluar, datadas de fins da década de 1970, o “Relatório de

Vistoria” realizada pelo INEPAC em março de 2001 (FI 11) e um detalhado “Relatório de Restauração Estrutural e Paisagística da Casa da Flor” de 2000-20001 (p. 14-87), onde se mostra o trabalho minucioso da equipe, que abordou tanto os problemas estruturais da obra, quanto os seus elementos decorativos e paisagísticos. Ali consta também o registro de proposta de intervenção apresentada para a Lei estadual de Incentivo à Cultura, em 2011, para obras emergenciais no bem, que se faziam necessárias. (p. 88-107). O Anexo II, por sua vez, contém publicações sobre a Casa da Flor, entre os quais se destacam “Um diário secreto. Os depoimentos de um semialfabetizado”, de Amélia Zaluar, artigo publicado na Revista Palavra 10, 2003; o capítulo “‘Construtores do Imaginário’: os arquitetos sem diplomas”, de Amélia Zaluar, artigo publicado “Textos escolhidos de cultura e arte populares / UERJ”, de 2007; bem como vários catálogos de exposição sobre a Casa da Flor, em sua maioria também organizadas pela pesquisadora. O Anexo III traz outros artigos, também dedicados ao bem cultural, entre os quais podemos destacar: “A Missão de Seu Gabriel e o Arquétipo do Chamado”, de Carlos Amadeu B. Byington, publicado no número 12 da revista Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, “A Casa da Flor – Uma Arquitetura Poética”, de Amélia Zaluar, publicada no n. 25 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1997; “Casa da Flor”, de Amélia Zaluar, publicada no n. 6 da Arquitetura Revista / UFRJ, em 1988; alguns capítulos de livros, tais como “Gabriel, mestre da arquitetura fantástica e sua casa-escultura”, de Amélia Zaluar, publicada no livro organizado por Emanuel Araújo, *A mão afro-brasileira*. Significado da contribuição artístico e histórica, de 1988, “A autobiografia de Gabriel Joaquim dos Santos: uma presença no mundo, de Amélia Zaluar, publicada no livro organizado por Vagner Gonçalves da Silva, *Memória Afro-brasileira*. Imaginário, cotidiano e poder; bem como o vídeo “Casa da Flor: do lixo à beleza”, também de Amélia Zaluar, apresentado num CD. **Análise.** Ao lidarmos com um bem cultural como a Casa da Flor, não há como evitar a questão da verdadeira explosão por que passam, nas últimas décadas, ideias como as de “patrimônio arquitetônico” e “patrimônio cultural”, e a série de questões novas que essa ampliação traz para o campo do patrimônio. Se antes, quando se lidava com o conceito tradicional de patrimônio, não parecia haver muita dúvida quanto aos critérios para a classificação de um bem como patrimônio cultural – sua excepcionalidade estética ou sua ligação a um fato memorável da história, hoje, com essa ampliação, toda a atribuição de valor tem que ser explicitada, já que lidamos com uma matriz muito mais complexa de valores. Subjacente a essa ampliação, encontra-se, provavelmente, o próprio relativismo epistemológico (e sua variante mais atenuada, o relativismo cultural) característico de nossa era, na qual se torna cada vez mais evidente a competição entre valores divergentes – artísticos e estéticos, históricos, econômicos, etc. – em toda operação de patrimonialização. As certezas que pareciam existir em nosso campo, enquanto ainda estávamos sob a égide do projeto moderno, que tanto marcou o projeto preservacionista brasileiro e a ação do IPHAN, parecem se desvanecer no final do século XX e início de nosso século. A questão da

atribuição de valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: como já mostraram vários autores, a conservação constituiu durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por *experts*, que decidiam o que era (ou não era) patrimônio. A maior parte dos conceitos que norteavam então as escolhas e opções na constituição do *corpus* patrimonial derivava do campo das artes, usando-se noções como as de “obra-prima”, “valor intrínseco” e “autenticidade”, que eram incorporadas sem maiores discussões ou aprofundamento. Nesse caso, mesmo que pudessem ser detectadas variações significativas nas diversas trajetórias nacionais das políticas do patrimônio, o conceito dominante vai ser sempre o da “excepcionalidade”, que termina por diluir num conceito genérico a complexa matriz de valores envolvida em cada caso. (Isso se aplica, por exemplo, à noção de “*cultural significance*”, na tradição norte-americana, e à classificação de bem de “excepcional valor” em nossa própria tradição). Naquele momento, a questão do patrimônio parecia, de fato, adstrita a um pequeno grupo técnico, que compartilhava, a grosso modo, um mesmo universo conceitual e os mesmos valores, o que tornava supérflua qualquer discussão mais aprofundada nesta direção. A esse respeito, comenta, ironicamente, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, referindo-se ao caso brasileiro: “Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônios e tombamentos. Também se consagrou a crença de que cabia ao governo resguardar o que valia a pena. Como? Através de especialistas que teriam o direito (*o poder-saber*) de analisar edifícios e de pronunciar veredictos. Esses técnicos praticariam uma espécie de ação sacerdotal. Atribuía-se caráter distintivo a um determinado edifício e logo tratavam de sacralizá-lo frente aos respectivos contextos profanos”. (SANTOS, 1986). Esse quadro vai mudar substancialmente no final do século XX, com importantes deslocamentos sofridos pela área: a ampliação do conceito e a introdução de novos agentes no campo do patrimônio, a crescente ênfase que se dá aos aspectos intangíveis dos bens culturais e, principalmente, a compreensão crescente do caráter intersubjetivo do patrimônio. Para abordarmos esses deslocamentos, no que se refere ao nosso objeto, a proteção da Casa da Flor, é interessante perceber, em primeiro lugar, como acontecem deslocamentos já dentro dos próprios campos tradicionais da avaliação do patrimônio, quais sejam, o da excepcionalidade do valor artístico e o da “memorabilidade” do fato histórico. No caso do valor artístico, embora já se soubesse, pelo menos desde a “Crítica do Juízo” de Kant, do caráter irreduzivelmente subjetivo do juízo estético, o pensamento pós-moderno e os estudos culturais do século XX vão recolocar com força o caráter historicamente circunscrito deste tipo de valor. Analisando essa nova situação, Steven Connor da London University, em seu livro seminal *Teoria e Valor Cultural* (1992), nos mostra os desafios – e os paradoxos – colocados para o pensamento contemporâneo – no seu caso, para a teoria da literatura e os estudos culturais – quando a noção tradicional de “valor artístico”, ainda muito marcada por uma hierarquia de valorizações, é deslocada e/ou substituída pela noção mais

ampla, de base antropológica, do “valor cultural”. (No caso brasileiro, essa questão é muito discutida, por exemplo, por críticos literários como Leyla Perrone-Moisés, Wander Miranda e Eneida Maria de Souza.) Por se tratar de ponto central para nosso parecer, vamos voltar à questão do juízo estético mais adiante, explicitando a sua posição e circunscrevendo-o no que se refere à preservação. No campo da história, por sua vez, vemos aparecer também uma nova maneira de se interpretar os fatos históricos, estabelecendo-se um diálogo rico com outros campos das demais Ciências Humanas tais como a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia. Nesse campo, o foco afasta-se da história política e emergem novas perspectivas, que vão desde um interesse pela cultura material (alimentação, vestimenta, habitação, entre outros), até um especial interesse pela cultura e pelas mentalidades. Assim, vamos ter em ambos os campos – o da estética e o da história, deslocamentos tão fundamentais, que recolocam em novas bases, de forma também radical, a avaliação do que seria estética ou historicamente significativo, o que se rebate, naturalmente, no campo do patrimônio, no qual se passa de uma noção restrita e bastante delimitada de “patrimônio histórico e artístico” para uma noção muito ampliada – e, às vezes, proteiforme – de “patrimônio cultural”. Não podemos desconhecer que muitos dos bens hoje protegidos – e listados como patrimônio cultural – sequer seriam considerados passíveis de qualquer tipo de proteção algumas décadas atrás. Várias comprovações desse deslocamento podem ser facilmente encontradas nas ações dos órgãos de preservação nas últimas décadas ao redor do mundo todo. Para examinarmos o caso da possível proteção à Casa da Flor, parece-nos útil se recorrer a outros exemplos em que se protegeram exemplares igualmente “excêntricos” da arquitetura vernacular, como, para citar um mais conhecido, a obra de Sábato Rodia, imigrante italiano que, de 1921 a 1954, construiu as Watts Towers, no distrito de Watts em Los Angeles, hoje listadas como patrimônio da cidade, do Estado da Califórnia e dos Estados Unidos, pelo National Park Service, desde 1990. Soberbos exemplares de arquitetura não-tradicional, essas torres, também conhecidas como *Nuestro Pueblo*, são uma coleção de 17 estruturas interconectadas, duas das quais atingem a altura de mais de 30 metros, construídas em cimento e materiais diversos, como vidro, cacos cerâmicos e ferro. Trabalhando sem equipamento apropriado e também sem um projeto predeterminado, Rodia construiu aquela estrutura de sonho (“*I had in mind to do something big, and I did it.*” – “Eu tinha em mente fazer algo grande, e consegui.”), com suas próprias mãos, utilizando principalmente restos danificados de cerâmica de Malibu, onde trabalhou por muito tempo. Na estrutura se percebe o caráter de colagem, podendo se ver, inclusive, restos de vidro verde, com marcas das garrafas de bebidas – 7Up, Squirt, Bubble Up e Canada Dry. Alguns aspectos de conexão com o caso da Casa da Flor já saltam aos olhos aqui numa primeira visada: a autoria de um não-arquiteto, de um homem do povo, que trabalha isolado, a utilização de resíduos industriais e de materiais os mais diversos, o caráter de colagem da obra. Explicando o processo de atribuição de valor a tal estrutura, o

documento oficial que lista as torres no *National Register of Historic Places* (Registro Nacional de Lugares Históricos) preocupa-se em explicar em detalhes a “significância” das Watts Towers de Simon Rodia: *“As Watts Towers podem ser descritas tanto como esculturas como arquitetura. Primariamente, elas estão entre os melhores exemplares da arte naïve americana, e ganharam o reconhecimento amplo de conhecidos historiadores da arte, estudiosos da arte popular e da maior parte dos críticos internacionais sofisticados. O autodidata Simon Rodia acercou-se à arte de uma maneira totalmente espontânea e executou essa complexa escultura por um período de 33 anos. Como uma evidência única permanente da tradição popular italiana nos Estados Unidos, um fato não reconhecido por muito tempo, as Watts Towers são uma encarnação extraordinária das memórias de sua terra natal de um imigrante e um testemunho de sua afeição por sua nação adotiva. Finalmente, as Watts Towers são de interesse como curiosidades de engenharia, pois as duas torres mais altas, muito provavelmente contêm as mais longas colunas de concreto armado construídas sem parafuso ou rebites no mundo”*. É interessante percebermos os motivos relacionados para a proteção: inicialmente se referenciam as torres ao campo da arte, enquadrando-as como “arte naïve”, citando-se inclusive o reconhecimento que elas teriam de “historiadores da arte” e “críticos internacionais sofisticados”. Ao lado disso, aduzem-se também razões relacionadas mais de perto à questão da memória pessoal e afetiva do imigrante Simon Ródia, e até o “testemunho de sua afeição por sua Nação adotiva”. É curioso que se recorra, de maneira bastante estadunidense, até a argumentos do campo da técnica, identificando as Watts Towers como “as mais longas colunas de concreto armado construídas sem parafuso ou rebites no mundo”. No que se refere ao processo de reconhecimento de valor e preservação dessa estrutura, aparece outro ponto em comum com a Casa da Flor: se sua construção foi o trabalho solitário de um único homem durante décadas, a sua preservação vai ser um trabalho coletivo, que envolveu muitos indivíduos que abraçaram essa causa, e que se empenharam para que ela fosse percebida como um patrimônio cultural pelos especialistas e pelo público em geral. No caso das Watts Towers, depois de abandonadas e bastante danificadas, elas vão ser “redescobertas” em 1959 por dois jovens ligados à indústria do cinema, William Cartwright e Nicholas King, que compram a estrutura para salvá-la, iniciando uma das histórias mais bem-sucedidas de preservação nos Estados Unidos. Para isso, formam o “Comitê para as Torres de Simon Rodia em Watts”, formado por moradores locais e amantes da arte, que levantaram recursos e envolveram muitos profissionais nessa cruzada, que inicialmente se voltou para impedir a demolição programada das Torres, acusadas de serem inseguras numa cidade propensa a terremotos. Conseguindo provar a solidez das construções e mobilizando a imprensa local e nacional, o Comitê começou o trabalho de mobilização, organizando, por exemplo, cursos de arte no local para crianças da comunidade, além de empreender os necessários trabalhos de reparos no bem. Muito importante neste trabalho, foi a reaparição em 1961 de Simon Rodia, que vivia próximo a São Francisco, e que foi homenageado numa cerimônia pública, bem como várias

exposições sobre as torres, entre as quais se destaca a exposição de fotografias de Seymour Rosen no Los Angeles County Museum, que foi apresentada depois no San Francisco Museum of Art, no La Jolla (Califórnia) Museum of Contemporary Art e no Museu da Universidade de British Columbia. Finalmente, em março de 1965, as torres foram oficialmente designadas "Monumento do Patrimônio Cultural de Los Angeles", escapando da demolição anunciada. Nos anos 1970, elas vão ser objeto de uma extensa restauração levada a cabo por muitas instituições locais e regionais, depois de terem sido declaradas um "parque histórico" pelo Estado da Califórnia. Essa restauração, que teve o auxílio do Getty Conservation Institute, foi feita de maneira tão cuidadosa, se adequando tão perfeitamente às diretrizes federais, que ao fim do processo, em 1990, elas receberam o status de "*National Landmark*" da Secretaria do Interior americano (GOLDSTONE, 1997).¹ Edificada num período mais longo que as Watts Towers, também por um único indivíduo, a Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio de Janeiro, foi construída entre 1923 e 1985, com o acúmulo de restos, como búzios, conchas e outros depósitos da lagoa, detritos industriais, pedaços de azulejos e faróis de automóveis por Gabriel Joaquim dos Santos, artista negro e pobre, trabalhador das salinas da região, e também autodidata. Nada do que ali se vê lembra os exemplares tradicionalmente protegidos pelos órgãos do patrimônio: cercando a habitação, um estranho muro levantado com pedaços de telhas, tijolos e potes de barro, todo ponteadado por flores e esculturas, enquanto no seu interior, acessado por um corredor, veem-se as paredes, todas preenchidas de enfeites, milhares de cacos coloridos aplicados, numa decoração luxuriante. Numa demonstração cabal da ampliação do conceito do patrimônio, este produto da imaginação popular foi tombado, em 1986, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC), da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, sendo sua proteção assim justificada por Ítalo Campofiorito, que também chama a atenção para a sua "beleza" e "caráter genuinamente popular", aproximando-a mesmo

1 Antes mesmo do caso das Watts Towers, tivemos o difícil processo de reconhecimento do *Palais Idéal*, outra arquitetura "excêntrica", executada na França pelo Carteiro Cheval, que foi classificada como "monumento histórico" em 1969 pelo empenho pessoal de André Malraux, então Ministro dos Assuntos Culturais. Cabe anotar aqui que o ministro lutou pelo reconhecimento e proteção do Palácio contra a opinião da maioria dos funcionários do Departamento de Cultura, por julgá-lo um exemplar único de *art naïve*, dando razão para Breton, Tinguely e Picasso que adoravam Ferdinand Cheval. Hoje em dia ele é uma referência mundial de Arte Naïf. Malraux diz a respeito do Palais Idéal: "Qu'est-ce que le palais Idéal? C'est le seul exemple en architecture d'art naïf. L'art naïf est un phénomène banal, connu de tous, mais qui n'a pas d'architecture ... En un temps où l'art naïf est devenu une réalité considérable, il serait enfantin de ne pas classer, quand c'est nous, Français, qui avons cette chance de la posséder, la seule architecture naïve du monde, et attendre qu'elle se détruise. (André Malraux, in: <http://www.facteurcheval.com/histoire/monument-historique.html>) "O que é o Palácio Ideal? Este é o único exemplo de arquitetura da arte naïve. A arte naïve Art é um fenômeno comum, conhecido de todos, mas não tem arquitetura Em um momento no qual a arte naïf tornou-se uma realidade significativa, seria pueril não o classificar, quando somos nós, franceses, é que temos a oportunidade de possuir a única arquitetura art naïf no mundo, e esperar que ela seja destruída. "

do trabalho de Gaudí: *"Montada durante décadas, pelo acúmulo de restos, no dizer do autor, "coisinhas de nada" – búzios, conchas e outros depósitos da lagoa, detritos industriais, pedaços de azulejo e faróis de automóveis – a construção ainda nas palavras de Gabriel, é uma "casa feita de cacos transformados em flor".* Aparentemente insólita e bizarra, essa fabricação onírica, *"eu sonho e faço", tem efeitos visuais tão lindos e inesperados quanto os muros do Park Guel, de Antonio Gaudí, em Barcelona com que é frequentemente comparada. Trata-se, sem dúvida, de um traço vital da vertente popular e traumatizada de nossa arte, um bem cultural de valor, curiosamente tão celebrado, mas ainda não incorporado ao patrimônio oficial".* Não cabe aqui me estender sobre a trajetória de Gabriel Joaquim dos Santos, tão longamente narrada e discutida nos diversos textos que compõem o processo de tombamento. No entanto, para entendimento do Conselho, julgo necessário transcrever três trechos da pesquisadora Amélia Zaluar, que situam, ainda que brevemente, essa trajetória. *"Desde pequeno, Gabriel intuiu que teria que viver sozinho, fora da família, para fazer, com tranquilidade, os trabalhos de que tanto gostava, para ter seu espaço e liberdade para criar. Aos 20 anos, uma revelação: um sonho lhe mostrou que devia construir uma casa só para si. Como definiu Fernando Pessoa, "Deus quer, o homem sonha, a obra nasce". Gabriel usou, a partir daí as visões que lhe chegavam à noite, por meio de sonhos, concretizando-as durante o dia". (ZALUAR, 2012, p.22). "Nessa procura, não havia materiais nobres para Gabriel. Ele não procurava, em suas andanças pelas estradinhas desertas, objetos inteiros. Queria mesmo os cacos. Nem procurava os formalmente aceitos como adequados para determinadas funções. Via, nesses restos, nos materiais mais humildes, possibilidades que os outros não viam. Tudo servia para compor sua casa/escultura, para dar vazão a uma prodigiosa criatividade. O estragado, o imprestável, o lixo, o inútil, transformavam-se, através de seus olhos visionários, em matéria preciosa para a produção de beleza, num estranho e singular processo de assimilação, em que os elementos, os cacos, eram selecionados por sua beleza e energia intrínsecas, não percebidas pelas pessoas comuns. Tudo nele era espantoso, os significados do que eu via pareciam-me, algumas vezes, paradoxais: um pobre trabalhador de salinas que amava a beleza e que resolveu cercar-se dela para viver feliz, que fez seu sonho realizar-se e literalmente viveu dentro dele. Um artista despossuído que optou pela solidão para poder se entregar apaixonadamente ao seu trabalho paciente e obstinado, ignorado e mal visto pela sociedade, mas determinado em um projeto de vida poético e artístico. Um semialfabetizado que usava poeticamente as palavras, capaz de manter presa a atenção das pessoas, que o escutavam, interessadas, sempre em silêncio. Um homem que nunca sentou num banco escolar, que não teve mestres, e que se comportava como um historiador, anotando, em seus cadernos, os acontecimentos que o impressionavam e, ainda, discorrendo com bom senso sobre fatos importantes da nossa história. Um artista que não teve acesso a museus, nem galerias, nem livros de arte e que criou obra tão original e marcante. Um artista plástico e arquiteto notável, sem diplomas". (ZALUAR, 2012, p.12). Sobre a Casa da Flor, transcrevo uma*

breve – e precisa – descrição, contida no Processo de Tombamento, de autoria da arquiteta Joyce Pena: “*Se pelas infinitas possibilidades de interpretação, a Casa da Flor pode ser considerada um objeto plural, por sua forma concreta ela se revela um “arte-fato” singular e único. A ela se chega por uma escadaria “mansa”, guarnecida de pedras e ladeada por vasos de flores confeccionadas por cacos de louças e telhas. Nenhum arranjo é igual ao outro. Um corredor externo delimitado por um muro igualmente feito de “coisas quebradas” determina primeiro um espaço de convivência, ao ar livre, onde um banco todo arranjado com motivos abstratos e figurativos (flores, folhas, cachos de uva, carrancas...), também feitos de refugos de ladrilhos e louças, convida o visitante a fazer uma reflexão antes de adentrar o espaço interno da morada, quase nada, que é a Casa da Flor*”. Como vimos, a conclusão do Parecer técnico é amplamente positiva em relação ao bem cultural, que é considerado como um “patrimônio de excepcional valor cultural, não só para São Pedro da Aldeia, não só para o Estado do Rio de Janeiro, como também para a Nação brasileira”, indicando-o para tombamento, com inscrição “no Livro de Tombo das Belas Artes”, classificando-o “como obra de arte popular de excepcional valor artístico” (Fl. 81). Aqui nos deparamos com uma dificuldade, que me parece necessário abordar ao se propor o tombamento de um bem a partir do seu “valor artístico: como estabelecer esse valor? Quais os critérios devemos adotar para o estabelecimento deste valor, necessariamente subjetivo, de forma que o mesmo possa justificar o tombamento de um bem? Tomarei para a discussão, ainda que sumária, dessa questão o caminho proposto por Alois Riegl, em *O Culto Moderno dos Monumentos*, de 1903, onde, ao abordar a questão do “valor artístico” dos monumentos, perguntava-se se esse seria “um valor dado objetivamente no passado”, como o valor histórico, ou “um valor subjetivo, invenção do sujeito-espectador moderno, que o cria e o muda de acordo com a sua vontade”. Na resposta a essa questão – que, no fundo, remete à discussão do cânone na arte, do belo absoluto –, identifica duas opiniões: uma “antiga”, “ainda não completamente superada”, e outra “nova, que avança triunfante”. A antiga, a visão tradicional, que teria vigência desde o Renascimento até o século XIX, defenderia que existiria um “cânone artístico inviolável”, um “ideal artístico objetivo e absolutamente válido”, “objetivo final, ao qual aspiram todos os artistas, mas que não pode ser alcançado plenamente por quase nenhum”. (RIEGL, *CM*, p. 4) Se inicialmente identificava-se esse cânone exclusivamente na Antiguidade clássica, o século XIX teria ampliado essa visão, reconhecendo “em seu significado autônomo quase todos os outros períodos conhecidos da arte”, sem, no entanto, “abandonar a crença num ideal artístico objetivo”. Apenas no início do século XX pôde-se começar a defender outro ponto de vista, segundo o qual “toda a criação artística do passado” seria “irremediavelmente *irrecuperável* e, portanto, inteiramente desprovida de autoridade canônica”, reconhecendo-se a subjetividade do belo. (RIEGL, *CM*, P.5). Neste trecho, Riegl descreve, em outros termos, aquele processo já bastante discutido de dessacralização da tradição, que faz com que esta se dispa de sua força normativa, alterando-se também a própria concepção do

clássico. Como entender, então, o fato de que algumas obras, separadas de nós por séculos, falem à nossa sensibilidade de uma maneira ainda intensa e, em alguns casos, mais intensamente que as atuais? Para Riegl, isso se poderia explicar “*pelo fato de que certas obras de artes antigas correspondem ao ‘querer artístico’ (Kunstwollen) moderno, se bem que nunca totalmente, pelo menos em parte, e que justamente por destacarem esses aspectos coincidentes sobre os divergentes, agem com tal força sobre nós, modernos, como nunca poderia agir uma obra de arte moderna, que carece necessariamente desse contraste. Assim, pois, segundo as concepções atuais, não existe um valor artístico absoluto, mas unicamente um valor relativo, moderno*”. (RIEGL, CM, P. 5). Desta forma, não deveríamos tentar explicar a valorização de obras do passado “pela norma de um fictício valor artístico absoluto”, uma vez que os cânones fixos estariam superados, mas pela relação instigante e provocativamente criativa dessas obras com a *Kunstwollen* atual. É neste sentido que podemos dizer, com Gabi Dolff-Bonekämpfer, que, no seu conceito de “valor artístico relativo”, Riegl consegue fazer confluir duas perspectivas: a permanência do passado (*Vergangenheitshaltigkeit*) e a adequação ao presente (*Gegenwartstauglichkeit*). Para ele, os monumentos teriam, de fato, sempre uma dupla ligação temporal: um enraizamento no momento de sua gênese, no passado, e uma “socialização” no momento de sua recepção, no presente². No “valor artístico” relativo se basearia, então, “a possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas não só como testemunhas da superação da natureza pela força criadora do homem, mas também com respeito à sua própria concepção, sua forma e sua cor”. (RIEGL, CM, P. 44). A tarefa do espectador seria, então, *tornar presentes* a partir do passado os valores estéticos do monumento, sem desconsiderar suas especificidades, que se manifestariam justamente na historicização da *Kunstwollen*, da *vontade artística* do presente. O que o preservador-conservador encontraria no monumento seriam, pois, não puras *qualidades iminentes* a esse, mas sim “*correspondências*”, traços individuais na manifestação estética do monumento que vêm ao encontro da moderna *Kunstwollen*, num encontro entre passado e presente, objetividade e subjetividade. A pesquisa contemporânea sobre a memória estabeleceu que esta, embora trate do passado, constrói esse passado *de novo* a cada ato de recordar; daí existir sempre uma relação do presente em todo ato de se recordar. Poderíamos encontrar uma relação semelhante no ato de avaliação do monumento: não importa quão velho ele possa ser em sua substância, a sua apreensão e a sua avaliação (*Bewertung*) só podem acontecer *no presente* e para a verificação do juízo, devem se repetir *em um novo presente*. Riegl estava plenamente consciente disso, a começar pela sua classificação do “valor artístico” entre os valores de contemporaneidade. Como nos mostra Michael Gubser, na sua introdução à reflexão de Riegl sobre o tempo e a temporalidade, este vai se mostrar sempre consciente da historicidade (*Zeitgebundheit*) do seu próprio empreendimento enquanto pesquisador e historiador da arte. “*Em O Culto Moderno...*, Riegl se põe a examinar a constituição temporal e cultural da percepção histórica. Já que não havia

nenhum ponto de observação absoluto a partir do qual se formular juízos estéticos, o historiador da arte tinha que refletir sobre a dinâmica temporal inerente ao próprio ato de julgamento; ele tinha que investigar a relação histórica entre a forma artística e a percepção cultural". (GUBSER, 2006, p. 143). Assim, na medida em que vai ser sempre historicamente determinado, o "valor artístico" vai ser também sempre relativo, e altamente mutável: não só mudam as circunstâncias exteriores, mas também a própria percepção humana e, conseqüentemente, as condições da recepção das obras². Se não existe mais um cânone de validade atemporal, mas somente um valor relativo, percebe-se que a avaliação do monumento vai se dar sempre no presente, a partir de critérios que não são formulados *a priori*, sendo o valor artístico, portanto, sempre um valor de contemporaneidade. A conservação deve ter isso sempre em vista: como anota Gabi Dolff-Bonekämpfer, com tal postura percebe-se que não se pode mais amparar na autoridade da obra – que, bem conhecida e investigada a partir da perspectiva da História da Arte, da pesquisa da recepção e da mediação artística, não vai ter nunca um conteúdo objetivo (*Sachverhalt*), sendo também histórica e culturalmente determinada, ela mesma constituindo uma "colocação" social. Assim uma avaliação do patrimônio que acontece num determinado tempo, em determinadas circunstâncias, vai ser sempre relativizada, embora não arbitrária ou não vinculativa: a sua vinculação vai ser dada, como mostra Riegl, por uma *determinada sociedade* num *determinado tempo*. A esse respeito, Dolff-Bonekämpfer esclarece: "O processo de avaliação se dá entre sujeitos portadores de interesses e funções específicas, mesmo que os experts desempenhem um papel fundamental nesse processo. Essa avaliação pode ser colocada à prova por atores que venham depois. Isso mostra que nunca se apreende o monumento como algo desprovido de significado e valorativamente neutro, mas como um objeto que já vem com interpretações anteriores, que podemos absorver ou nos rebelar contra elas". Nesse ponto, fica clara, mais uma vez, a postura ponderada e relativista de Riegl: na medida em que a própria percepção artística era cultural e temporalmente condicionada, o "valor artístico" nunca poderia ser considerado um parâmetro absoluto, a justificar por si só as decisões de conservação². Se não há mais um cânone artístico universalmente válido – já que somos nós que atribuímos valor artístico às obras de arte, não vai haver mais também, como anota Michael Gubser, um ponto de observação absoluto, a partir do qual se formular juízos estéticos. Assim, o historiador da arte – e o militante engajado na preservação dos monumentos – tem, necessariamente, que refletir sempre "sobre a dinâmica temporal inerente ao próprio ato de julgamento"; ele tem, em outras

2 É como reconhece Roberto Bonassi, em outro contexto: "(...), eu acredito que é fundamental que possamos reconhecer que é o nosso julgamento e gosto presentes, e não critérios objetivos, que orientam nossas escolhas na conservação (...). Riegl pensava que um valor absoluto de arte completamente independente da *Kunstwollen* atual seria impossível de definir. Para ele, a obra de arte é 'artística' não por natureza, mas porque a valor de arte é atribuído a ela. Isto se tornou uma questão central nas discussões teóricas posteriores sobre conservação – por exemplo, na noção de Benjamin de 'aura' e na ideia de Brandi da natureza inata artística da obra de arte e subsequente crença em 'imperativo de conservação'. " (BONASSI, 2007)

palavras, “que investigar a relação histórica entre a forma artística e a percepção cultural”³. (GUBSER, 2006, p. 143.) Aqui, finalmente, não podemos deixar de destacar a proximidade das posições – e preocupações teóricas – de Riegl com as perspectivas que vão ser abertas mais de cinquenta anos depois por Hans Robert Jauss, que com sua estética também coloca em relevo a historicidade da recepção, mostrando as oscilações do cânone na instituição literária, que é forjado nas vicissitudes do gosto, da crítica e dos modelos conceituais disponíveis em um determinado momento. Também para a estética da recepção no ato de valoração artística, o que determinaria o valor não seria o texto fechado em sua imanência, mas os padrões vigentes de interpretação, que atuariam como condicionantes da compreensão e da avaliação estética³. Para Riegl – como mais tarde para Jauss – o historiador da arte – e o militante engajado na preservação dos monumentos, poderíamos acrescentar – teria, necessariamente, que “refletir sobre a dinâmica temporal inerente ao próprio ato de julgamento”; tendo que investigar, em outras palavras, “a relação histórica entre a forma artística e a percepção cultura”⁴. (GUBSER, 2006, p. 143). Uma perspectiva semelhante – em outro contexto, e visando outro objeto – foi expressa pelo Parecer relativo ao Tombamento da Casa de Chico Mendes, apresentado ao Conselho Consultivo do Iphan em maio de 2008 pelo Professor Ulpiano Bezerra Meneses. Naquele primoroso texto, o autor nos chama a atenção para a importante ideia de *referência cultural* contida na própria Constituição brasileira, que poderia nos fornecer uma perspectiva contemporânea de leitura do instrumento do tombamento. *“o tombamento provê de proteção o que em princípio já pertencia ao patrimônio cultural. Por certo o tombamento tem também uma função constitutiva, mas apenas quanto ao regime jurídico, em que ele intervém – mas não é matriz de valores e significados sociais: é nas práticas sociais que se encontra tal matriz. b. O valor cultural não é intrínseco aos bens, nem pode ser aferido tão somente por técnicos que disponham de um rol objetivo de atributos cuja presença identificaria o caráter cultural, mas depende do reconhecimento de que grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram culturalmente de certos bens, mobilizando-os como portadores de um potencial capaz de alimentar a memória social, a ação e a identidade. Em suma, abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como fato social. Cumpre assim examinar se os bens aqui propostos ao tombamento – uma casa com seu entorno e seus pertences -- têm sido mediadores sociais de memória, identidade e ação (IPHAN, ATA, 2008:40. Grifos nossos). No caso da Casa da Flor, acreditamos que se possa aplicar essa mesma perspectiva: o seu valor não seria apenas intrínseco a ela, não estaria apenas em sua materialidade enquanto obra de arte. Assim, ao propormos sua proteção, estamos protegendo também, ao lado do suporte material do bem, a *referência cultural* nele contida, que foi construída com olhares acumulados, ao longo do tempo, sobre ele. Parafraseando o Professor Ulpiano,*

³ A esse respeito, confira a obra fundamental de Jauss, em JAUSS, 1994. Para uma análise detalhada da relação entre o pensamento de Riegl e a estética da recepção, confira SCARROCCHIA, 2006, p. 205-209.

poderíamos dizer que nos interessa, também neste caso, saber como os grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram dele. No caso do “valor artístico”, estaríamos, sim, ao patrimonializar esse bem, refletindo sobre a “dinâmica temporal inerente ao próprio ato do julgamento”. O inovador na ideia de *referência* é que, com ela, supera-se a dicotomia intransponível entre objetividade e subjetividade: a referência é, sim, construção e subjetividade, que, no entanto, só pôde ser construída por diversos indivíduos, artistas e intérpretes, porque esses encontravam no objeto em questão, um *índice*, um *signal*. Assim, parece-me absolutamente necessário incorporar na avaliação acerca do valor estético do bem essa dupla perspectiva: ao lado da dimensão do próprio objeto, em sua materialidade e forma, em sua existência fenomênica, cabe se examinar sempre a perspectiva dos olhares – que ao longo da história construíram leituras possíveis do objeto, ensejando o seu reconhecimento social como obra de arte. Se no caso das Watts Towers, tivemos um longo e dedicado trabalho do “Comitê para as Torres de Simon Rodia em Watts”, o mesmo pode ser dito em relação à Casa da Flor, para a qual o trabalho incansável de Amélia Zaluar e do Instituto Cultural Casa da Flor, construiu, ao longo de décadas, toda uma *narrativa social* sobre essa obra, ao ponto dela hoje ser, inquestionavelmente, reconhecida, como o faz o Parecer, como um “patrimônio de excepcional valor cultural, não só para São Pedro da Aldeia, não só para o Estado do Rio de Janeiro, como também para a Nação brasileira”. De fato, desde o início dos anos 1980, a Casa da Flor entrou no radar de artistas e especialistas como Ariano Suassuna, Alcides da Rocha Miranda, Ítalo Campofiorito, Carlos Scliar, Zanine, Nise da Silveira, Lélia Coelho Frota, Paulo Coelho, Ferreira Gullar, Carlos Byington, Eduardo Galeano, Fernando Fuão, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Affonso Romano de Sant’Anna e muitos outros, que a visitaram e construíram uma poderosa narrativa coletiva sobre ela, que passou a ser vista como um exemplar único e valioso de arquitetura popular – e excêntrica - na cena brasileira, arquitetura em que um indivíduo deu vazão à sua fantasia. Muitas foram as tentativas de compreender essa obra única, que, ao longo do tempo, foram se agregando num discurso coletivamente compartilhado, que reconhece o valor estético daquele bem. Uma delas, digna de nota é a de Fernando Fuão, que constrói sua leitura da Casa da Flor a partir da ideia de “arquitetura fantástica”, chamando a atenção para o fato de que as chamadas “fantasias arquitetônicas” “ao longo da história têm se manifestado de várias formas e em diversas superfícies de representação, dificultando a compreensão do fenômeno”. Para ele, essas seriam arquiteturas que, em primeiro lugar, “se afastam do habitual e andam fora do lugar, se apresentam como algo totalmente “desencaixado” do sistema de compreensão da arquitetura tradicional”. Além disso, e mais importante, cabe lembrar que essas seriam arquiteturas diretamente relacionadas “com a imaginação, com a criatividade e com a fantasia”, não deixando, no entanto, de responder a um certo tipo de lógica, que ultrapassa a pura racionalidade. “O fantástico não deixa de ter sua razão, ele não é um discurso sem pé nem cabeça, um corpo desprovido de razão. Ele possui uma lógica própria, mas situada em outro

âmbito do pensamento humano. O processo poético da geração dessas arquiteturas tem sido ainda pouco estudado, sua gênese, articulações e retóricas compositivas são quase que completamente desconhecidas". (FUÃO, 1999, P. 14). Para Fuão, mais que um estilo ou um gênero de arquitetura, o fantástico, quer na literatura, na pintura ou na arquitetura seria, em sua essência, "um discurso de revelação que coloca em cheque os critérios de criação através da diferença e que se baseia no princípio da hesitação entre realidade e sonho." A perspectiva proposta por Fuão parece-nos uma boa chave para se ler a Casa da Flor: uma arquitetura, que além de popular, apresenta essa oscilação entre "sonho" e "realidade", transcendendo em muito a simples função de morar e transformando-se num lugar onírico, fruto do sonho e do engenho de seu autor. A nosso ver, a Casa da Flor constitui um dispositivo estético integral, cuja intencionalidade é a da provocação dos sentidos, do devaneio. A imagem de Gabriel no escuro da noite fluindo a luminosidade do lampião que espalhava estrelas pela Casa mostra-nos esse dispositivo em pleno funcionamento. "De noite, acendo o lampião nessa cadeira, ó que vista, ó que alegria para mim. Quando eu acendo a luz, e vejo tudo prateado de noite; fico tão satisfeito. Me conforta [...] Tudo caquinho transformado em beleza!" (Citado em FUÃO, 1999, P. 52). Neste sentido, a Casa da Flor pôde ser considerada por Fernando Fuão como "um dos poucos exemplares nacionais" em condições de ser alinhada com criações semelhantes no restante do mundo, como o Palácio Ideal de Ferdinand Cheval e as Watts Towers de Simon Rodia.⁴ São produtos do gênio de indivíduos que edificaram seus sonhos, dando-lhes formas que desafiavam não só as regras canônicas, mas as próprias regras sociais. Assim, não nos parece ser fortuito que, em muitos casos, os criadores da arquitetura fantástica sejam indivíduos com algum tipo de "desvio social", que, excêntricos, fogem do convívio com o grupo e se isolam. No que se refere a Gabriel Joaquim dos Santos, anota Amélia Zaluar: "Gabriel, como outros construtores de uma arquitetura não-oficial, de uma arquitetura espontânea, criou formas ditadas por sua fantasia livre de modelos e de regras. Para isso, teve que se isolar, teve a coragem - ... - de construir para si a casa ideal, nascida somente de suas ideias, fruto da elaboração do consciente e da manifestação do inconsciente. Dizia ele, "uma casa feita de pensamento e sonho". Para ele, não havia distinção entre vida e arte, pois seu lar era ao mesmo tempo um abrigo e uma obra de muita sofisticação plástica.... Para o nosso artista intuitivo, a arte fazia parte do fluxo da vida, era mais um respirar natural do que uma atitude de exceção. Ele próprio se referia à habitação como sendo 'uma obra da natureza, uma casa franca, sem mistérios: o segredo ali é o ar livre'. (ZALUAR, 1999, p. 46). Neste trecho aparece um outro elemento importante desse discurso: a ideia de que a Casa da Flor representa o poder criativo da cultura popular, com a "capacidade de improvisação do homem do povo, o saber tirar partido dos materiais que estão à mão,

4 "A Casa da Flor, construída por Gabriel dos Santos, trabalhador das salinas, é um dos poucos exemplares nacionais que se equiparam – ainda que suas dimensões sejam reduzidas – às grandes arquiteturas fantásticas mundiais, tais como o Palácio Ideal de Ferdinand Cheval, as arquiteturas de Gaudi e Jujol, a casa de Clarence Schmidt, Raimond Isidora, as torres Watts de Simon Rhodia, etc." (FUÃO, 1999, P.)

Q A

fornecidos pela natureza ou advindos do lixo industrial, o inteligente aproveitamento desse material gratuito para criar toda espécie de objetos necessários, artísticos e/ou artesanais, em sua casa, em seu trabalho, na caça e na pesca, nos enfeites e vestimentas para suas festas, nas manifestações da sua religiosidade” . (ZALUAR, 2014, p.13-14). Este caráter popular fez com que um grande pensador da cultura popular brasileira, Ariano Suassuna, se declarasse “devoto” da Casa da Flor, que considerava uma das obras mais importantes da arquitetura brasileira. Crítico contumaz da frieza, brancura e cartesianismo da arquitetura contemporânea brasileira, que via como muito distante das raízes populares, Ariano declarou, em entrevista concedida à Revista aU em fevereiro de 2001: “Muitos vão se surpreender, mas para mim, uma das obras mais importantes da arquitetura brasileira é a Casa da Flor. A casa foi construída, no começo do século XX, por Gabriel Joaquim dos Santos, em São Pedro da Aldeia, no Estado do Rio. Para mim, é um exemplo raro de arquitetura espontânea, poética, sem qualquer imposição. A fachada você jura que é do Gaudí. ” Esse ideia forte – que identifica Gabriel dos Santos com a cultura popular – leva Ivo Matos Barreto Junior, chefe do escritório do IPHAN na Região dos Lagos, por exemplo, a afirmar, em seu depoimento no vídeo “Quem foi Gabriel Joaquim dos Santos da Casa da Flor?”: “E no momento em que se reconhece a Casa da Flor como representante da memória brasileira, significa, sim, reconhecer que parte dessa memória está composto por toda uma população que por muito tempo não teve voz.” O próprio Gabriel percebia esse papel simbólico de sua obra: “Eu fico mais satisfeito trabalhando com os cacos porque as coisas modernas, coisas novas, ninguém vai ver. A gente entra nas cidades grandes, aquilo lá está tudo moderno, tudo bem organizado, tudo custa muito dinheiro. As pessoas veem a força da riqueza... Mas aqui elas gostam de ver porque é a força da pobreza. ” (Seu Gabriel). Retomando, assim, o Parecer, já citado, de Ulpiano Meneses podemos notar a emergência na Constituição Federal Brasileira de 1988 de outro aspecto não contemplado explicitamente pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, “os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e suas diferentes formas de expressão, trazendo ao patrimônio a soma das diversidades culturais, materiais e imateriais, presentes na nação brasileira.⁵ Inúmeras foram as leituras que, ao longo dessas últimas décadas, descobriram/acrescentaram camadas de significado à Casa da Flor, transformando-a numa referência inescapável da cultura brasileira, na qual se combinam diversos atributos que a distinguem no panorama nacional. Não poderia, no entanto, fechar essas considerações, sem me referir a uma leitura particular, empreendida em 1988 pelo excepcional Carlos Nelson Ferreira dos Santos, “Uma Flor para a Paixão”, que, de uma maneira também artística, articula os diversos temas fortes dessa narrativa – o popular, a estética, o onírico, a linguagem, a loucura – articulando-os pelo tema da *paixão*, que talvez explique a fascinação que continua nos causando a criação de Gabriel dos Santos: “O que faz com que as pessoas se fascinem pela Casa da Flor?

5 CASTRO, Stélia Braga. *Casa de Chico Mendes e o entorno: formas de consagração e preservação do patrimônio cultural*. IPHAN: Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, 2014.

É porque ela transpira paixão. O cheiro deste suor é muito sensível. Arquitetura e paixão combinam bem. A loucura sublimada vira forma de arte”. (SANTOS, 1988, p. 4). Numa homenagem a esse pensador original do patrimônio brasileiro, tão esquecido, incorporo, ao meu Parecer, esse texto sublime, que também, à sua maneira, constrói a Casa da Flor. **Conclusão e recomendações.** Com base no exposto e corroborando as recomendações e os pareceres subscritos pelo Departamento de Patrimônio Material e pela Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, **declaro-me favorável ao tombamento e à consequente inscrição da Casa da Flor, situada à Estrada dos Passageiros, 232, no município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, no Livro de Tombo das Belas Artes** e estou de acordo com a proposta apresentada à Fl. 81 do Processo. No entanto, apresento as seguintes recomendações: 1. Seguindo o proposto pelo Processo, também entendemos que o tombamento deverá compreender toda a área correspondente ao terreno em que se situa a casa, “haja visto a necessidade de se proteger os elementos que integram jardins (sobretudo vasos e arranjos florais), bem como a escadaria de pedra que conduz à Casa da Flor” (Fl. 81), conforme planta de situação anexada ao Processo. Este terreno, a meu ver, deveria ser ampliado, para incluir pelo menos o “dente” que parece lhe ter sido subtraído, que deveria ser desapropriado e ter sua vegetação refeita. 2. No que se refere à área de entorno proposta pelo Processo, que se encontra à Fl. 84, essa parece-nos adequada e suficiente para se garantir o controle da ambiência do bem protegido. No entanto, deve-se observar, em primeiro lugar, que a poligonal que une os pontos P5 e P6 deve ser refeita cuidadosamente com base em coordenadas geográficas, não disponíveis quando se fez a proposta original, uma vez que essa parte da poligonal corresponde ao alto do morro, área sensível para a ambiência do bem. A partir dessa poligonal de proteção devem-se também estabelecer com precisão os parâmetros para utilização da área, evitando-se uma ocupação mais densificada e garantindo-se o seu caráter rural e bucólico. A princípio, o gabarito de um pavimento, sugerido pelo Processo, parece-nos adequado, devendo ainda ser garantida a não ocupação das áreas mais elevadas, especialmente nos fundos da Casa da Flor. Além disso, cabe observar que a área que envolve o bem cultural em questão, decorrente em parte do desmembramento da antiga chácara dos pais de Gabriel Joaquim dos Santos, apresenta várias das características comuns às nossas periferias, com suas ruas não calçadas, espaço público malcuidado e presença de lixo, que demandaria um projeto de tratamento urbanístico e paisagístico, condizente com a condição de área de entorno de um patrimônio nacional. 3. Já no que se refere aos “bens móveis atualmente participantes do contexto museográfico que se deu a casa”, não concordamos com o Parecer, que sugere excluir do tombamento esses bens, que “servem, apenas, para compor uma ambiência próxima àquela vivida por seu primeiro e único morador”. A partir da observação das fotos mais antigas constantes no processo e de depoimento da pesquisadora Amélia Zaluar, pode-se afirmar que, ao contrário, os objetos que estão na casa são os mesmos deixados por

seu Gabriel, tendo-se perdido apenas os livros (a Bíblia, os almanaques) do "altar dos livros", que foram levados pela família. Neste sentido, sugere-se que esses bens sejam inventariados e incluídos no tombamento. 4. Paralelamente, e considerando o caráter singular do bem cultural protegido, parece-nos igualmente importante que seja desenvolvido um trabalho cuidadoso de interpretação do patrimônio para se garantir uma recepção adequada aos visitantes deste importante bem cultural, estudando-se a possibilidade de instalação de um centro receptivo ao lado ou no terreno em frente ao bem. 5. Finalmente e nesta mesma linha, sugerimos ainda que o IPHAN incorpore entre suas publicações, o livro *A Casa da Flor: tudo caquinho transformado em beleza*, publicado pela pesquisadora Amélia Zaluar em forma de e-book, como edição da autora, em 2012, dando ampla possibilidade de divulgação a este patrimônio nacional. **Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho.** Brasília, em 15 de setembro de 2016. Leonardo Barci Castriota. Presidente do ICOMOS-BRASIL e Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN. 83ª Reunião". A Presidente **Kátia Bogéa**, agradeceu ao Conselheiro, destacando o brilhantismo do parecer e abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. A Conselheira **Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira** foi a primeira a se inscrever para falar, e assim se manifestou: "Quero cumprimentar o colega por esse parecer muito extenso. Eu me senti de novo na universidade. Já estou aposentada há cinco anos e esse é o discurso que a gente ouve na universidade. Hoje em dia os historiadores da arte, estão muito teóricos, quer dizer, as pessoas precisam de um apoio teórico para poder opinar sobre qualquer coisa. Bom, eu ia defender as belas artes, mas eu vi que no final você voltou ao ponto de princípio, então, não precisa. O valor artístico continua sendo um critério válido, embora isso varie ao longo da história de acordo com cada contexto cultural. Cada período aplica determinados critérios que são os frutos da cultura e da maneira de pensar das pessoas daquele momento. Então a arte continua válida. Lembro uma vez, quando eu ainda estava no IPHAN, nós colocamos vários críticos de artes em volta de uma mesa, estávamos há uns quinze anos atrás para definir o que que é arte, também não chegamos a nenhum consenso, então no final nós ficamos com a fala do Ferreira Goulart, que eu vou resumir aqui, "arte para mim é aquilo que me emociona e pronto". Bom, mas o que me emocionou mais no seu parecer foi quando você fez a comparação com as Watts Towers e a gente procurar as motivações do artista. Eu conheci o Palais Idéal Facteur, do Cheval, lá perto de Nice, que eu acho que é o que mais se aproxima. É impressionante. É exatamente a mesma história. Ferdinand Cheval era carteiro, então ficou com o nome de Facteur Cheval, o nome artístico dele. Passou a vida reunindo caquinhos, os mais variados possíveis para fazer a casa dele e a motivação principal, bom o que ele queria naquela construção foi durante a primeira guerra, ele percorria todo campo na França na bicicletinha dele e ia recolhendo caquinho e construiu aquela casa magnífica perto de Nice. Ele queria fazer sua própria casa como o caso aqui do nosso Gabriel, mas ele queria uma casa não só para morar, mas para a eternidade. O nosso aqui é mais modesto. Ele queria se expressar nesse mundo e viver aqui enquanto era

vivo. O outro queria ser enterrado. Bom, foi surpreendido com uma decisão da prefeitura lá de Nice que não havia possibilidade de ser enterrado fora do cemitério público, então ele teve que viver mais dez anos, ele já tinha setenta e muitos, quase oitenta para poder construir o túmulo dele lá no cemitério que é uma mini casa do Facteur Cheval. Repara, esses dois, um que queria criar beleza que é esse nosso, uma casa para morar, o outro uma casa para a eternidade. Olha o contraposto com o americano que queria fazer algo de grandioso para ser reconhecido, esse aí é o mundo capitalista mais objetivo. Eu estou brincando porque eu fiquei muito interessado nesse assunto e diz respeito, eu queria te dar os parabéns, olha uma aula". Em seguida a palavra foi passada ao Conselheiro **Roque de Barros Laraia**: "Eu queria cumprimentar o colega por esse brilhante parecer, eu aprendi muito, realmente toda vez que a gente vem ao Conselho a gente fica surpreendido com a quantidade de coisas que a gente acaba aprendendo. Eu nunca tinha ouvido falar nessa casa, impressionante, a gente vive num país tão grande e diversificado", concluiu. Em seguida, falou a Conselheira **Maria Cecília Londres Fonseca**: "Me junto aqui aos parabéns. Também me reví nos meus antigos passeios na teoria literária, teoria da estética da recepção. A leitura que você fez do Riegl, é um texto fundamental para quem trabalha e pensa o patrimônio. Lembrei muito do nosso querido e saudoso Aloisio Magalhães, que teria um enorme prazer de ouvir o seu parecer e essa nossa proposta, sobretudo a questão dessa criatividade, não só no sentido de produzir livremente uma obra sem cânones, sem regras, sem preocupações com estilos etc., mas também utilizando material descartado, material inútil. Eu lembro do processo, o Jorge Vinhas também vai lembrar das lixeiras feitas com pneus usados, que foi um projeto que Aloisio trouxe, que mostrava esse lado da criatividade popular e que hoje é o que está aí, reciclagem, a gente está vivendo essa preocupação com o aproveitamento de tudo que for possível para economizar em recursos. Eu acho que inclusive tem esse lado aí, muito interessante nesse trabalho do Gabriel. Eu achei muito rico e fiquei muito feliz que o IPHAN esteja andando nessa rota da diversidade, nessa rota da ampliação e ver esses caminhos que o IPHAN está incorporando ao seu acervo de bens reconhecidos como patrimônio cultural. Parabéns Leonardo." Conselheiro **Luiz Phelipe de Castro Andrès**: "Primeiro também para cumprimentar a excelência do parecer ao meu amigo Leonardo. Eu tenho uma certa emoção e quase que um arrependimento porque eu passei muitas férias em Rio das Ostras, eu gostava de passear em São Pedro da Aldeia, eu vi várias vezes a casa, nunca o vi, mas vi várias vezes a casa e todo ano que eu ia passar férias naquela praia eu passeava até lá em São Pedro da Aldeia e via a casa sendo modificada e criada nos elementos decorativos. Isso me lembra os discípulos da Nise da Silveira, que eu não digo que eram seus pacientes, eram discípulos, que eu conheci quando estudei com Ivan Serpa e visitamos o Hospital do Engenho de Dentro. Pelo que representa de escultura poética a obra da Casa da Flor é a materialização do inconsciente na obra dele. Ela é orgânica, religiosa, profundamente religiosa em vários detalhes. Impossível classificar. Como obra de arte, deve ser o que mais se aproxima do Livro das Belas Artes.

Parabéns pela interpretação e pelo que isso representa no caminhar no nosso patrimônio, por ampliar cada vez mais o conceito da percepção, do que pode, do que deve, do que se recomenda como importante para a nossa cultura, obrigado". Em seguida se manifestou a Conselheira **Cléo Alves Pinto de Oliveira**: "Queria fazer um breve depoimento. Logo que eu entrei na escola de arquitetura da UFMG, o Léo (Leonardo Castriota) foi meu orientador de pesquisa, e me orientou numa pesquisa maravilhosa que nós fizemos sobre a história da escola de arquitetura, em grande parte muito responsável pela minha entrada no mundo do patrimônio cultural. Naquela época eu aprendi muito com o Léo e estou muito feliz de poder aprender de novo com você, sendo a sua colega de Conselho, e queria parabeniza-lo, muito, pelo parecer. Foi uma construção magnífica dessa argumentação e eu estou muito orgulhosa de você", destacou a Conselheira. A Conselheira **Márcia Genésia de Sant'Anna** assim se manifestou: "Então Léo, só para aumentar o coro dos elogios ao seu parecer, realmente é incrível ver como o discurso do Riegl há mais de cem anos, ainda tem essa atualidade. Ninguém duvida que a Casa da Flor é uma arte, mas para mim fica bem claro que ela é bem mais do que uma arte, eu acho que o conceito de arte quase que aprisiona a Casa da Flor numa coisa que ela não é. E seu parecer, analisando o valor artístico como valor de contemporaneidade, com historicidade e como valor relativo etc. me faz pensar como os nosso Livros do Tombo, de uma certa forma, são aprisionadores nas classificações que eles trazem. Agora claro, eu não vou aqui propor a revisão dos Livros do Tombo, Deus me livre, quem sou eu para isso, mas eu quase achei que você ia propor alguma coisa diferente do Livro das Belas Artes, enfim, eu me junto a você, eu fico com essa mesma preocupação, eu quis falar mais por causa disso do que de qualquer outra coisa porque eu imagino que ninguém aqui vai ser contra o tombamento da Casa da Flor e muito menos a sua inscrição no Livro das Belas Artes, seja lá o que se possa entender com isso. Mas, vendo a exposição que Andrey fez da casa e lembrando do que eu já vi sobre ela, me parece que tem ali, como Luiz Felipe apontou, uma questão religiosa profunda que escapou aos observadores, a esses que construíram, como você bem mostrou a Casa da Flor como um patrimônio, ou seja, os que lançaram os olhares sobre ela e sobre o Gabriel e de uma certa forma classificaram isso como uma obra de arte. Mas, me parece claro, ali eu vi ali assentamentos que são próprios da Nação Jeje, que são também um monte revestidos de cacos. Mas, enfim, eu acho que a arte aprisiona a Casa da Flor. Ela é bem mais do que isso, mas é arte também, então a gente vai ter que se conformar com isso por enquanto". Após a discussão, a **Presidente Kátia Bogéa** colocou em votação o parecer do Conselheiro relator, solicitando que levantasse o braço quem fosse favorável e **por unanimidade o Conselho Consultivo aprovou o Tombamento da Casa Flor, em São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro, com inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes, nos termos do parecer do relator.** O Conselho Consultivo, atendendo, ainda, a recomendação do relator, indicou a realização de inventário dos bens móveis para, ao final de sua apuração, proceder à rerratificação para incorporar os bens móveis ao tombamento da Casa da Flor, e que

o IPHAN envie esforços para a desapropriação de um trecho desmembrado do lote, que deverá, após esse momento, ser incorporado à área tombada. (Aplausos). A Presidente convidou a Senhora **Amélia Zaluar** para fazer uso da palavra. “Gente eu já quase chorei, hoje aqui várias vezes, primeiro quando eu me deparei com a questão de ver o senhor Gabriel ser analisado, discutido, apreciado, admirado por uma turma de intelectuais, de professores, de pesquisadores, de pessoas que trabalham com o patrimônio, aí eu chorei. Hoje foi a primeira vez, fiquei muito comovida. Um homem pobre, negro, semianalfabeto, filho de um escravo, que trabalhava com lixo e que era considerado um maluco, até a família achava que ele era maluco. Não era maluco beleza como hoje tem, mas um maluco mesmo, uma pessoa que cata no lixo coisas e fica enfeitando. Era uma pessoa muito discreta, manso, quieto, não falava mal também de ninguém, nem da escravidão, nada. Eu não digo que ele era um santo, mas ele era um homem manso. Bom, conheci o senhor Gabriel eu já estava fazendo uma pesquisa do folclore com artesanato, artesanato folclórico lá de Arraial do Cabo e ao chegar lá e ver aquele contraste absurdo, um homem pobre com chapéu velho, sandália de borracha quebrada, roupas puídas e atrás dele aquela casa, eu fiquei tão comovida que a voz me falhou, por sorte o senhor Gabriel gostou de mim e falou durante muito tempo. Tive a felicidade de privar dele durante oito anos, aí ele morreu. Nesses oito anos eu comecei esse trabalho de divulgar a Casa da Flor, eu já era professora universitária na zona sul do Rio de Janeiro e ia com discurso para valorizar o folclore e a arte popular. Para conquistar os meus alunos e a comunidade em volta e agora até o mundo, o que que eu resolvi fazer? Utilizar o senhor Gabriel, o discurso dele porque ele era um poeta, ele era um poeta falando, a Casa da Flor contando a história de vida dele toda, que é inacreditável, que esse homem, que recebeu da vida tão pouco em termos materiais, mas recebeu tanto em termos imateriais. Então o senhor Gabriel foi que me ajudou muito nesse trabalho de conquista e eu vi também, depois que o senhor Gabriel morreu, que eu sozinha não ia conseguir muita coisa. Comecei a procurar intelectuais reconhecidos do Rio para me ajudar, um fazendo uma apresentação para uma exposição, outro para um artigo. Então, muitos desses que estão citados aqui eu procurei, e eles todos aderiram, todos, todos. E a outra coisa que eu fiz, eu vi que eu não tinha pernas, era uma professora apenas, uma pesquisadora, mas eu não tinha reconhecimento público ainda, entendeu? Então o que que eu fiz? Vamos fundar uma sociedade de amigos e para meu espanto pessoas da maior importância, arquitetos conhecidos, vieram se aliar nessa luta. Já tivemos muitos sócios, hoje somos apenas dezesseis sócios e nunca tivemos patrocínio, de governo estadual ou municipal, nem nada. Ganhamos dois prêmios em dinheiro, mas continuamos. Então, atrás de mim já tem um grupo. Nosso sonho agora, embora seja um trabalho meu, é fazer uma publicação melhor, porque como eu paguei os livros, eu só fiz trezentos exemplares de uma forma modesta. Paguei, vendi a vaga da garagem do meu apartamento e paguei e, agora, paguei a tradução para o inglês também, então já temos a tradução. A tradução

para o inglês já foi uma tentativa minha de alcançar o resto do mundo porque esse assunto de arquitetura sem arquitetos é novo no Brasil. Eu tenho um livro dessa grossura sobre arquitetura que eles chamam de fantástica no mundo. Europa, Ásia, África, Estados Unidos, só não fala na América Latina, então a gente tem que expandir esse conhecimento sabe? Quero dizer o seguinte, o Conselheiro Luiz Phelipe perguntou se o título foi senhor Gabriel que deu. Foi, porque o motivo arquitetônico e artístico mais usado era a flor e eu quero lembrar a vocês que a flor é um símbolo, a flor é um cálice, é um cálice que faz a ligação do humano com o sagrado. Então ele era um homem espiritualizado demais, ele escolheu muito bem o nome da casa dele, Casa da Flor, porque ele era muito religioso. Quero terminar, dizendo que o senhor Gabriel, depois que ele aprendeu a ler, começou a anotar em cadernos baratos tudo que ele já sabia, ele guardava tudo de memória, a respeito da família, da comunidade, do município, do estado e do Brasil. Aí ele começou a escrever sete cadernos com muitas anotações, por exemplo, mas assim, os escravos vinham da costa da África, falou sobre vários presidentes da República, as datas, quando saiu o salário mínimo, ele botou até a hora que foi, quatro horas da tarde, então ele era um homem que tinha inclusive incorporado uma tradição africana, porque na África em muitos países, lá para o interior, aqueles mais pobres, há tradição de se enfeitar a fachada das casas, as casas são pintadas em geral pelas mulheres todo ano, então é uma tradição cultural fortíssima, o senhor Gabriel fez isso. Essa tradição também como os crioulos da África de guardar tudo de memória, ele guardava e escrevia e agora eu vou repetir uma frase que ele me disse que ficou isolada no texto que eu escrevi, mas eu nunca vou esquecer, ele disse assim para mim e isso tem a ver com vocês: 'Essa casinha está aqui, a patente é de todo mundo'. Termino aqui o meu discurso". (Aplausos). A **Presidente** agradeceu à Senhora Amélia Zaluar e passou ao ponto **6)** Apresentação e Assinatura da Portaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ação incorporada à agenda do IPHAN em decorrência da Lei nº. 9.613 de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo/PLD-FT, convidando à Mesa, o Desembargador Fausto Martin De Sanctis - Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Antônio Gustavo Rodrigues - Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Para explicar o teor da Portaria, passou a palavra ao Coordenador Geral de Normatização, Autorização e Fiscalização do DEPAM, Fábio Guimarães Rolim, que fez uma exposição sobre os passos dados que culminaram na Portaria. Antes de passar à assinatura, a Presidente Kátia Bogéa convidou o Desembargador Federal Fausto de Sanctis e o Presidente do COAF Antônio Gustavo Rodrigues a usarem da palavra. Ambos declararam que a ação do COAF é de conscientizar as organizações, empresas e mercado, de não correrem o risco de serem usadas em ações de lavagem de dinheiro. Ao fim das intervenções a Presidente assinou a Portaria. **Nada mais havendo a tratar**, a Presidente agradeceu o trabalho dos Conselheiros e Conselheiras, os convocou para a 84ª reunião ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que ocorrerá em 24 de novembro de 2016, e deu por encerrada a reunião, ficando

lavrado por mim, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, Secretário do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata da 83ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.



Jorge Augusto Oliveira Vinhas
Secretário

Conselheiros:



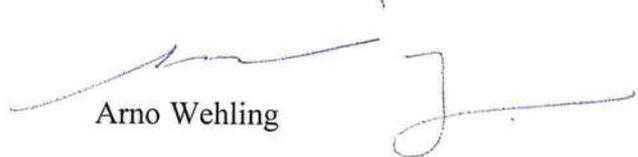
Kátia Santos Bogéa



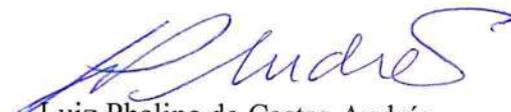
Angela Gutierrez



Augusto Ivan de Freitas Pinheiro



Arno Wehling



Luiz Phelipe de Castro Andrés



Marcos Castrioto de Azambuja



Maria Cecília Londres Fonseca



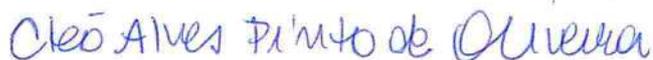
Synésio Scofano Fernandes



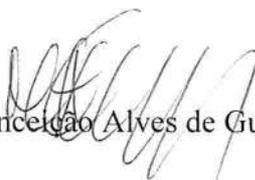
Fernanda Bordin Tocchetto



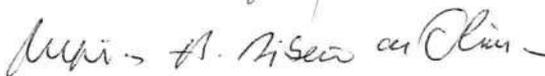
Carlos Eduardo Dias Comas



Cléo Alves Pinto de Oliveira



Maria da Conceição Alves de Guimaraens



Myriam Ribeiro de Oliveira



Marcelo Mattos Araujo



Roque de Barros Laraia



Rosina Coeli Alice Parchen

EN BLANCO